

JORGE ALVES BARBOSA



**DO CORAÇÃO DE CRISTO
AO CORAÇÃO DO HOMEM**

PERSPECTIVAS TEOLÓGICO-PASTORAIS
DE UMA CAMINHADA SINODAL

Confraria de Santa Luzia, 2006

JORGE ALVES BARBOSA

**DO CORAÇÃO DE CRISTO
AO CORAÇÃO DO HOMEM**

**PERSPECTIVAS TEOLÓGICO-PASTORAIS
DE UMA CAMINHADA SINODAL**

VIANA DO CASTELO, 2006

INDICE

INTRODUÇÃO	5
I – A FORMAÇÃO EM IGREJA	8
1. A formação no processo de desenvolvimento	9
2. O papel da família na formação	13
3. A Igreja e a formação cristã	16
4. A formação cristã na Paróquias: Catequese	19
5. A Catequese de Infância e Adolescência	23
6. A concretização da Igreja doméstica	27
7. Limitações a uma catequese nas paróquias pequenas	31
8. A formação juvenil	35
9. A formação cristã dos adultos	38
10. A formação religiosa nas Escolas	42
11. Utilização formativa dos Meios de Comunicação	45
II – AS CELEBRAÇÕES LITÚRGICAS	48
12. A formação litúrgica	49
13. A celebração da Eucaristia	53
14. A beleza da Celebração litúrgica	57
15. O acolhimento nas celebrações dominicais	61
16. A Eucaristia e as situações irregulares	64
17. Os sinais litúrgicos	67
18. O valor do silêncio na vivência do Mistério	71
19. O canto e a música na liturgia	74
20. Celebração e comunidade	78

21. Novas realidades eclesiais	81
22. O significado da participação litúrgica	85
23. A celebração dos Santos	88
24. A piedade popular e a liturgia	92
25. A Celebração dos sacramentos	96
26. A celebração das Exéquias	100
27. Os movimentos e a celebração litúrgica	104
III – A COMUNHÃO E PARTICIPAÇÃO EM IGREJA	109
28. A Igreja-Comunhão	110
29. Formação para a comunhão em Igreja	114
30. Participação na Igreja-Comunhão	118
31. Os laboratórios da comunhão eclesial	122
32. Participação individual na Igreja, hoje	126
33. O diálogo da Igreja com o mundo	130

DO CORAÇÃO DE CRISTO...

AO CORAÇÃO DO HOMEM

*"Transmitamos a verdade do Evangelho
de forma que toque o coração do homem moderno"*

Transmitir a verdade do Evangelho, ser testemunha de fé ou dar ao mundo de hoje uma imagem autêntica da Igreja que somos implica alguma dose de coragem, ao termos que assumir de novo a linguagem do coração. Ao contrário das tendências marcadamente racionalistas da cultura hodierna e em contra-mão com o sentido das propostas de acção oferecidas em bandeja de ouro pelas correntes de opinião, deveremos escutar esta mensagem sempre nova de S. Paulo quando afirma que "com o coração se acredita" (Rom 10, 10) ou de Bento XVI que recorda a necessidade de "estudar com o coração" as verdadeiras preocupações do homem de hoje (cfr. "*Deus caritas est*", n. 31). A linguagem do coração é também a que os artistas melhor compreendem e sabemos quanto a arte constitui uma forma eficaz de transmitir a mensagem da fé, particularmente na sua relação com a liturgia. Era o próprio Beethoven que escrevia no cabeçalho da partitura da *Missa Solemnis*, "vinda do coração, possa chegar aos corações", uma afirmação, afinal, muito próxima da que encontramos acima, de uma religiosa americana.

É também com essa linguagem do coração que pretendo apresentar aqui algumas reflexões resultantes de uma leitura mais aprofundada e atenta das *propostas sinodais* emanadas recentemente do Sínodo Diocesano de Viana do Castelo; e gostaria de fazê-lo, usando esta linguagem que nasce mais do coração que da razão, por vários motivos: foi a partir da proposta para um *Tríduo* de pregações sobre o Coração de Cristo que nasceu o meu primeiro contacto com

os temas do sínodo diocesano, trabalho que apresentei, subordinado aos três temas de reflexão sinodal, então desenvolvidos com base nas três invocações da Ladainha do Sagrado Coração de Jesus que encabeçam agora cada uma das partes; em segundo lugar porque foi de uma forma marcadamente emotiva que abracei a causa do Sínodo Diocesano, no momento em que já só a capacidade de acreditar com o coração seria capaz de convencer alguém a enfrentar tal tarefa, uma emoção que originou depois algumas críticas e suspeitas, vindas de quem eu menos poderia esperar; em terceiro lugar porque foi a preocupação com a dimensão missionária e formativa da devoção ao Sagrado Coração de Jesus que motivou agora a Confraria de Santa Luzia, de Viana do Castelo, a propor-me a realização deste modesto contributo para a reflexão da Igreja diocesana acerca o que foi o Sínodo, com base no texto das propostas e sinodais, do que deverá ser a acção da mesma, agora que “o Sínodo acaba de começar”...

Importa dizer – para evitar mais equívocos ou preocupações desnecessários – que apresento aqui um trabalho pessoal, onde faço uma leitura pessoal das mesmas propostas e da envolvência doutrinal que as acompanha; o leitor atento encontrará aqui muito do que lá se encontra escrito, não apenas pela citação do texto oficial das mesmas que apresento em “itálico”, ou das citações dos documentos da Igreja que mantenho quase inalterado, tão importante se me afigurou, mas sobretudo pelo estilo “acutilante” e pela forma de sentir, viver e apresentar cada tema. No fundo, encontra-se aqui algo mais do que vem apresentado nas *propostas*: procurei auscultar o coração da diocese de Viana do Castelo; procurei sentir e fazer-me eco do palpar dos corações daqueles que mais se empenharam nos debates das Assembleias Sinodais; procurei sentir o coração da Igreja que, desde a doutrina conciliar até ao pensamento dos dois últimos pontífices perpassa não apenas a letra, mas sobretudo o espírito destas reflexões; procurei também dizer muito do que se encontra nas entrelinhas do texto publicado que é preciso agora decifrar.

Temos aqui uma reflexão, mas também uma proposta de acção; pretendo com ele inspirar gestos concretos de vida e acção pastoral naqueles que efectivamente quiserem ter a coragem de olhar para a realidade diocesana com vista larga e um pouco de coração também.

São propostas de reflexão, pensadas primeiramente como uma para cada dia do *Mês do Sagrado Coração*; mas como o pensamento sinodal não cabia no tempo, para mais reduzido, do mês de Junho, preferi não circunscrever o seu conteúdo às normais trinta reflexões; no entanto, a estrutura mais ou menos equivalente de todas elas, reflecte a intenção original. Não há, por isso, aqui qualquer intenção científica ou académica, pelo que não aparecem citações para além do estritamente necessário, nem qualquer aparato crítico. Com este trabalho procuro responder simplesmente, a um dos objectivos do próprio Sínodo Diocesano particularmente quando propõe: *“que se procure valorizar a riqueza da piedade popular, pois foi ela que, ao longo dos séculos, constituiu o suporte da fé e da vida cristã de multidões de fiéis, permanecendo ainda latente na vida pessoal em muitos deles”*.

Acredito na importância e urgência destas palavras e, segundo o itinerário que norteou a reflexão sinodal, gostaria que o itinerário de reflexão aqui proposto fosse criador daquele dinamismo renovador que deve constituir a nossa resposta à acção do Espírito: só com uma *Formação* adequada, sobre a Verdade em que acreditamos, poderemos eficazmente *Celebrar* aquele mistério de Deus, onde se revela também a identidade da Igreja como *Comunhão*, à imagem da própria vida trinitária, quer dizer, o Deus-Amor ou o Coração de Deus. É este também o itinerário da verdade com que queremos tocar o coração dos cristãos, homens modernos deste espaço: a consciência de que a nossa fé nos leva ao encontro do amor, ao coração de Deus.

Meadela, 17 de Maio de 2006

Jorge Alves Barbosa

I – “...ONDE SE ENCONTRAM TODOS OS TESOUROS DE SABEDORIA E DE CIÊNCIA”

A FORMAÇÃO EM IGREJA

Sabemos que “o valor da fé está no próprio acto de crer” (JOÃO PAULO II, Atravessar o limiar da Esperança), e que as verdades fundamentais da nossa fé se encontram envolvidas, desde o início, por uma ambiente de “escândalo e de loucura”, que se continua eventualmente “neste tempo”, em que a formação cede o lugar à informação e a lentidão no desenvolvimento da fé contrasta com a velocidade das redes de comunicação.

Por isso mesmo, sentimos a necessidade de crescer na fé através de um conhecimento mais aprofundado, quer da realidade do mundo que nos envolve, quer dos fundamentos daquilo em que acreditamos. Crescer e formar-se na fé exige como ponto de partida aquela atitude já tão belamente intuída por Santo Agostinho para quem “deixar-se deslumbrar pelo esplendor da verdade” é condição para o verdadeiro conhecimento de Deus.

Creemos que, com a ajuda e o exemplos deste coração irrequieto, melhor poderemos chegar ao Coração de Deus, procurando encher os nossos corações não só com a verdade do Evangelho de Jesus Cristo, mas também com a realidade viva do mesmo Cristo, presente na Igreja de hoje, já que, como o Santo hiponense nos recorda, “a fé deve ser vida e não só conhecimento”.

1 – A FORMAÇÃO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

A palavra formação faz parte da linguagem do quotidiano actual. A sua tão frequente utilização prende-se ao normal processo de desenvolvimento e realização pessoal, com a necessidade de adaptação a novos meios e de resposta a novos desafios, venham eles da preocupação com os índices de produtividade, da mudança vertiginosa dos meios económicos e sociais, venham eles das novas realidades decorrentes da globalização ou do aparecimento de novas linguagens, que provocam o já conhecido fenómeno da “iliteracia”: incapacidade de compreender o sentido prático da linguagem comum, ou a total incapacidade em utilizar as novas linguagens e as propostas das novas tecnologias.

Já o Concílio Vaticano II, reafirmava a necessidade e o direito à formação, ao dizer que “todos os homens, de qualquer estirpe, condição e idade, porque gozam da dignidade de pessoa, têm o direito inalienável a uma educação correspondente ao próprio fim, acomodada à própria índole, sexo, cultura e tradições pátrias, e, ao mesmo tempo, aberta ao consórcio fraterno com os outros povos para favorecer a verdadeira unidade e paz na terra. A verdadeira educação, pretende a formação da pessoa humana em ordem ao seu fim último e, ao mesmo tempo, ao bem das sociedades de que o homem é membro e em cujas responsabilidades, uma vez adulto, tomará parte” (Declaração, “*Gravissimum Educationis*”, n. 1).

Isto mesmo foi reconhecido pelo povo das comunidades cristãs da nossa Diocese ao propor, como um dos temas para a reflexão sinodal, a Formação em Igreja, reconhecendo que “*toda a pessoa tem direito a ser educada segundo valores humanos, cívicos e religiosos*”. Esta dimensão dos valores é essencial a todo e qualquer projecto educativo, sobretudo num tempo em que prevalecem as perspectivas economicistas na orientação e definição dos projectos educativos: a

procura de uma relação directa das escolas com o mundo empresarial, ao ponto de os seus projectos educativos serem definidos por ele; uma perspectiva educacional voltada simplesmente para a possibilidade futura de emprego que leva a educação e o desenvolvimento da personalidade a ser secundarizados em nome da produtividade; um proliferar de programas e propostas educativas orientadas para parâmetros muito reduzidos, um ensino vocacional quase esquecido e a ilusão de que toda a gente irá ter, depois da escolaridade obrigatória, acesso a um emprego de qualidade; a volatilidade dos projectos educativos apresentados pelo sistema escolar conduz a uma desactualização precoce das pessoas, o que, para além de originar uma falta de preparação para novas situações, impede um diálogo cultural de gerações, etc.

Sabemos que o objectivo principal de qualquer programa educativo deve ser a promoção da pessoa humana e a sua inserção equilibrada e colaborante no mundo que a rodeia e não apenas num determinado sistema: porém, quer o modelo de formação proporcionado pelas empresas quer o que os sistemas educativos apresentam actualmente não oferecem muito mais que um limitado adestramento para uma determinada tarefa, para a aceitação de um produto ou mesmo a resposta a uma particular oferta. Formar consumidores, afinal. É por isso que falamos aqui de formação para os valores humanos: vida, dignidade pessoal, desenvolvimento, felicidade, equilíbrio emocional, etc.; é por isso que falamos aqui de valores cívicos: cidadania, liberdade, convivência, tolerância, diálogo, serviço à comunidade, etc.; é por isso que falamos aqui de valores religiosos: liberdade de culto, respeito pelas diferenças, direito a viver e manifestar publicamente a fé, informação religiosa da própria cultura e educação, etc.

A transformação da sociedade portuguesa, nomeadamente derivada da abertura a novos mundos e novas culturas resultantes dos movimentos migratórios, constitui um novo desafio à formação,

quer dos que chegam quer dos que cá estavam: a vivência da cidadania alarga-se a dimensões europeias, tanto pela expressão do voto para as instituições da Comunidade, como pela necessária abertura à presença de estrangeiros usufruindo dos mesmos direitos e apresentando-se como eventuais concorrentes; a prática religiosa vê-se confrontada com outras formas de vivência da fé cristã, desde o protestantismo às confissões e ritos orientais ou outras religiões que, pelo número de praticantes entre nós, começam a ter uma expressão significativa: o Islão, vindo por via africana, e religiões orientais como o Induísmo e outras. Algo que, há pouco tempo, apenas fazia parte dos livros, passa a fazer parte do nosso quotidiano: são nossos vizinhos, colegas de trabalho, pertencem às mesmas associações de pais ou do mundo laboral.

Sabemos que *"toda e qualquer aprendizagem se destina à formação integral da pessoa"*, formação integral que ultrapassa de longe a mera dimensão técnica, consumista ou de adaptação aos sistemas produtivos. "Esta educação integral é o corolário legítimo da dignidade humana. Progrediu-se muito na preocupação e realização educativa: ampliaram-se os espaços e comunidades educativas, quanto ao tempo, quanto aos aspectos integrantes e quanto aos intervenientes. É importante ter presente que todo esse trabalho e progresso é sempre em função da pessoa, um serviço que se lhe presta em ordem à sua educação e desenvolvimento integral. Esse deve ser, de facto, o objectivo de todo o labor educativo" (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *"Educação: um direito e um dever, hoje"*, n. 28). Um conceito aberto de educação integral implica o dever de *"acolher, respeitar, preservar e incentivar os referidos valores e abrir perspectivas para valores novos"*, um dever que deverá ser assumido por responsáveis políticos, por instituições escolares, e particularmente pelas famílias, através duma intervenção efectiva na escola, e pelos próprios educandos, nomeadamente à

medida que vão tomando consciência do seu lugar no mundo e amadurecendo os seus projectos quanto ao futuro.

2 – O PAPEL DA FAMÍLIA NA FORMAÇÃO

Temos assistido, nos últimos tempos a um processo quase imperceptível de intervenção progressiva do Estado, acompanhado da influência determinante e agressiva de algumas correntes de opinião, nos projectos educativos das nossas escolas: é o alargamento da idade escolar para o pré-escolar, é o aumento do número de anos de escolaridade obrigatória; é a visão dos programas educativos pelo prisma comercial inerente aos manuais escolares; é a proliferação de movimentos reivindicativos de professores apenas orientados pelo seu direito ao posto de trabalho ou pela manutenção de direitos adquiridos; é a orientação de programas de ensino marcada pela sujeição a “lobbies” como o da informática ou mesmo da “net”, pretendendo fazer crer que a solução para o “insucesso escolar” se resolve apenas pela instalação da Internet nas escolas...

Um alargado leque de exigências, quer ao nível das condições de segurança quer ao nível das condições de trabalho, vem retirando a outras entidades, e à própria Igreja, a possibilidade de uma efectiva intervenção no processo educativo dos mais novos: a ocupação dos chamados “tempos livres” com actividades lúdicas, o aumento da carga horária escolar e a proliferação de trabalhos, derivados da concorrência no acesso ao ensino superior, não permitem, muitas vezes, um crescimento sadio e harmonioso dos mais jovens; os modelos divulgados pela comunicação social e exibidos pelos padrões de qualidade de vida, orientam as opções dos mais novos para um leque diminuto de caminhos que passam quase todos por “ter mais”: dinheiro, carros topo de gama, imóveis de luxo, possibilidades de lazer, e hoje em dia, a garantia de uma reforma à altura dos padrões de vida das sociedades desenvolvidas.

Neste panorama, cresce a importância do papel da família, no pouco tempo que lhe resta, para um acompanhamento dos mais novos em ordem a uma educação para valores que permitam um sadio crescimento, e ofereçam uma preparação para as situações anteriormente apontadas. Já o Concílio Vaticano II salientava o facto de que "os pais, que transmitiram a vida aos filhos, têm a gravíssima obrigação de educar a prole e, por isso, devem ser reconhecidos como seus primeiros e principais educadores. Esta função educativa é de tanto peso que, onde não existir, dificilmente poderá ser suprida. Com efeito, é dever dos pais criar um ambiente de tal modo animado pelo amor e pela piedade para com Deus e para com os homens que favoreça a completa educação pessoal e social dos filhos" (*Declaração "Gravissimum Educationis"*, n. 3); também nós temos consciência de que "a família é a primeira escola de valores humanos, sociais e cristãos e também a primeira experiência de Igreja para os mais novos, cabendo aos pais fazer uma caminhada conjunta com os filhos, de modo a que, num processo educativo contínuo, os acompanhem responsabilmente na sua formação integral".

A dificuldade maior surge, agora, da falta de preparação dos pais para essa tarefa, cresce com a progressiva incapacidade dos mesmos para acompanharem a velocidade de adaptação dos jovens às novas tecnologias, é mais agravada ainda pela consciência crescente que os mais novos têm da sua superioridade neste campo, escapando assim facilmente ao controlo dos pais num ambiente envolvido em perigos e ameaças. Ao nível da fé, notamos que tem mais influência uma série televisiva que uma sessão de catequese e tem mais força a opinião de uma figura mediática que a dos pais ou catequistas. Por isso mesmo, se torna urgente uma aposta na formação das famílias, não só ao nível da fé e prática religiosa, mas também da inserção nestas novas realidades, por forma a poderem falar a mesma linguagem, estarem mais sintonizadas com estes desafios e também mais motivadas para vencer a tentação da inércia

face à consciência das suas limitações. Os pais não podem ficar-se pelo "eu já não tenho idade para isso" mas, pelo contrário, devem sentir-se estimulados a encarar de frente a situação de modo a que, quando os filhos lá chegarem, se encontrem à espera, tal como noutros tempos, em que se podia dizer: "eu também já por lá passei"... Por isso, é importante que *"se privilegie a formação ao nível das paróquias, em todos os sectores e para todos os intervenientes da pastoral, aproveitando a preparação e celebração dos sacramentos, como espaço de formação e evangelização"*. Se é verdade que os momentos de formação eventualmente existentes e a oportunidade de uma catequização, por ocasião dos sacramentos, poderão constituir um bom ponto de partida, não podemos ficar-nos por aí; deveremos, sim, apostar numa formação mais aprofundada que procure responder à novidade ou mesmo antecipar-se a ela.

É importante aproveitar bem os meios já existentes, abrir caminho à colaboração e à competência de todos, é importante superar uma dimensão meramente catequética da formação, ultrapassar uma dimensão meramente sacramental da vida cristã, ir mais além da participação meramente litúrgica como expressão de vida da comunidade cristã. O diálogo da Igreja com o mundo de hoje exige que ambos falem a mesma língua, usem os meios técnicos disponíveis, a fim de que a mensagem cristã surpreenda ao mesmo nível da linguagem da publicidade, interpele, motive e atraia. Para tal, é urgente *"que na acção pastoral, se aproveitem mais as potencialidades e aptidões dos leigos, ajudando-os a descobrir o sentido cristão das suas capacidades na acção formadora e evangelizadora da Igreja."*

3 – A IGREJA E A FORMAÇÃO CRISTÃ

A família é a primeira responsável pela formação cristã dos indivíduos, mas, por muito que possa evoluir na sua preparação e por mais que vá procurando adaptar-se a novas situações, não tem possibilidades nem meios para realizar sozinha essa missão. Precisa da colaboração de outros agentes educativos, quer do Estado, facto que também não deixa de trazer os seus problemas, quer da própria Igreja; “uma vez que a pessoa da criança e do jovem é a mesma que recebe as diversas acções educativas, é importante que as diferentes influências tenham a mesma inspiração de fundo” (*Directório Geral de Catequese*, n. 278).

No que lhe diz respeito, “a Igreja tem o dever de oferecer propostas de valores evangélicos a todos os que estão em processo educativo. Fá-lo, de modo institucionalizado, pela escola católica, dos níveis da primeira infância aos universitários, e oferece através da catequese, da liturgia, do serviço da caridade e dos meios de comunicação social próprios, a visão evangélica da pessoa humana, da sociedade e do mundo, segundo a história da salvação, que envolve a pessoa numa alegre harmonia, integrando o cosmos, a pessoa, o outro e o próprio Deus. Presta esse serviço no âmbito das instituições, públicas ou privadas, que lhe franqueiam as portas, conscientes de que essa visão faz parte dum projecto de educação integral. Com a mesma exigência de sistematização e rigor dos outros saberes e com a mesma seriedade e profundidade, esse contributo tem lugar de interveniente no cerne da educação, onde se plasma a personalidade do educando. As melhores energias da Igreja, em pessoas e meios, são dedicadas à educação da fé. Na vida das comunidades, a catequese de infância e de adolescência, a preparação do Crisma e do Matrimónio, os grupos de formação de

jovens e de adultos, movimentam milhares de pessoas interessadas e merecem a dedicação generosa de muitos animadores voluntários. São verdadeiras escolas de fé que orientam para uma vida digna e realizada, onde se lançam as bases sólidas da educação para os valores espirituais e humanos e onde se aprende a ser pessoa e a viver em relação comunitária e em espírito de serviço ao homem e à sociedade. Podemos concluir que a Igreja é, em si mesma, para os seus membros, uma experiência educativa e, para todos, uma proposta de educação (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação: direito e dever, hoje*, n. 27).

Para poder realizar esta tarefa de auxílio à família cristã na sua missão de educadora, a Igreja deve assumi-la de forma concreta, não se limitando a apelar às obrigações da família, mas dando orientações e ideias; não só produzindo documentos, mas também estando atenta às diferentes situações e dramas por que passa a família; não se limitando a apresentar propostas genéricas, mas estando presente no momento de tomar decisões. Nesse sentido, também é importante *“que a Igreja diocesana conheça os anseios e as preocupações das pessoas para as ajudar a construir uma resposta de acordo com o Evangelho, segundo o modelo de Jesus Cristo e o pensamento da Igreja”*. Isto implica uma iluminação das situações, anómalas por vezes, com a luz do Evangelho, exige um conhecimento das realidades sociais que se afirmam na actualidade, pressupõe um conhecimento dos casos em que a própria identidade da família é posta em causa: na sua estrutura, na sua missão, no seu enquadramento social, e na eficácia da sua acção. Para tal, *“é urgente que se desenvolva uma pastoral de acolhimento e escuta das diversas situações existentes ao nível da realidade das nossas paróquias”*: as crianças da catequese já não crescem num meio familiar com prática cristã e a catequese é, por vezes, mais um meio de ocupação que uma resposta às reais necessidades de formação; assistimos a uma profanação crescente das festas ligadas à formação

e à vivência cristã como sejam o Baptismo, as Comunhões e os Casamentos, o que faz com que estas não correspondem a uma oportunidade especial de vivência cristã, mas, quantas vezes, a uma exibição de vaidades, exploradas quer pelos ambientes sociais quer pelo próprio consumismo: vai-se à catequese para poder fazer a festa da comunhão, casa-se pela Igreja para ter um bom cenário para as fotografias; de resto, o mais importante são as prendas e a mesa.

Contudo não vai ser na rejeição pura e simples nem na denúncia destas situações que vamos encontrar uma solução para elas. Pelo contrário, elas constituem novos estímulos ao crescimento das nossas comunidades, são oportunidade para uma vivência cristã mais consciente daqueles que efectivamente vivem a sua fé, e representam um apelo a que os cristãos façam a diferença no panorama do relativismo religioso de que tais situações são o lado visível. Assim, é importante que *“sejam aproveitados e valorizados os recursos existentes ao nível diocesano e que as comunidades sejam educadas para o acolhimento e compreensão de diferentes situações existentes”*. Esta tarefa exige uma grande dose de abertura, um exercício continuado de tolerância e compreensão e particularmente uma nova *“fantasia da caridade”*, de modo que estas dificuldades não impeçam o direito dos mais novos à formação cristã, mas sejam a oportunidade para uma reflexão e uma maior consciência das paróquias e das dioceses para a verdade daquilo que é a sociedade de hoje e, eventualmente, para a necessidade de um testemunho mais credível na vivência da fé. Por outro lado, poderão ser também oportunidade para se ultrapassar algum facilitismo que se foi introduzindo ao nível da organização e das programações de catequese e formação, onde a colaboração e a responsabilidade dos pais e uma participação litúrgica mais assídua deveriam constituir condição para um normal acesso à formação cristã dos seus filhos.

4 – A FORMAÇÃO CRISTÃ NA PARÓQUIA: A CATEQUESE

A catequese consiste, por definição, na transmissão de uma experiência de vida de fé por parte de quem ensina. O próprio Jesus Cristo ensinou mais por gestos que por palavras, mesmo sendo Ele a Palavra de Deus incarnada; sabemos que já os profetas agiam, de preferência, por meio de gestos – acções simbólicas – de modo a provocar a curiosidade das pessoas e as levar a reflectir sobre o sentido das mesmas acções. Do diálogo mais secreto de Jesus com a Samaritana ou com Nicodemus até à instrução dos discípulos “em casa”, vemos que a transmissão da Boa Nova do Reino teve muitas vezes um carácter íntimo, de modo que a profundidade da mensagem escapava às grandes multidões que a escutavam, motivadas apenas pela espectacularidade dos milagres ou pela eloquência do Salvador que “não falava como os escribas”. Os relatos evangélicos dão-nos conta de que o próprio Cristo utilizava os meios técnicos existentes na época: fazendo uma selecção criteriosa dos cenários para os grandes sermões, como o Monte das Bem-aventuranças, as margens do Lago de Genesareth ou apostando na mais refinada publicidade como aconteceu, por exemplo, com o milagre da multiplicação dos pães para motivar e apelar ao discurso sobre a Eucaristia.

Esta preocupação com os meios de transmissão e eficácia da mensagem levou a Igreja a uma evolução na forma de organizar os espaços de celebração, deu origem a novos estilos arquitectónicos, está na base de muita da arte musical e cénica que acompanhou a evangelização ao longo dos tempos: mistérios, representações, oratórios, autos, canto das leituras, a arte oratória, etc. Tal como ontem, também hoje “na transmissão do ensino catequético, se deve fazer uso de todas as ajudas, subsídios didácticos e instrumentos de

comunicação que possam ser eficazes, a fim de que os fiéis, de maneira adaptada à sua índole, capacidade, idade e condições de vida, sejam capazes de apreender com maior plenitude a doutrina cristã e traduzi-la na prática da maneira mais conveniente” (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, *Directório para o Ministério e a vida dos Presbíteros*, n. 47). Essa utilização de meios técnicos para a transmissão eficaz da mensagem cristã exige diversificados recursos quer humanos quer materiais. Por isso mesmo, “a formação em geral e a catequese em particular devem ser assumidas pela Igreja como uma prioridade, quer ao nível diocesano quer paroquial”. Esta opção implica uma mudança radical nas prioridades de acção, na orientação de recursos, na transformação de mentalidades marcadas por um certo exibicionismo; esta opção exige a superação de uma pastoral de subsistência, que repete em cada ano o que foi realizado no ano anterior; exige que se veja a qualidade de uma paróquia por parâmetros que vão mais além da grandiosidade ou imponência da festa anual, ou das possibilidades económicas oferecidas ao pároco.

É fundamental que “se elaborem orçamentos destinados às actividades de formação que permitam uma eficaz rentabilização dos recursos humanos e materiais existentes”: os planos de formação catequética não podem depender unicamente da boa vontade de alguns voluntários, e permanecer de fora na avaliação da vida paroquial, no momento de fazer contas, no momento de mandar formar pessoas e fazer campanhas de angariação de fundos. Tudo passa por uma clara formação dos párocos, das comissões e dos paroquianos em geral, para que todos se tornem sensíveis aos problemas da formação no momento de orientarem as sua ofertas e a sua colaboração na vida paroquial. O mesmo se diga da disponibilidade das pessoas: não se pode exigir tudo dos mesmos, muito menos dos catequistas que precisam de tempo e meios para auto-formação, precisam de tempo para preparação das sessões,

precisam de meios e de espaços condignos para organizar e levar a cabo de uma forma eficaz as acções de catequese.

Em particular, é importantes que *“se actue no sentido de uma boa gestão dos recursos económicos, em ordem à aquisição de meios técnicos e tecnológicos necessários à missão formadora da Igreja”*. É verdade que, noutros tempos, bastava um catecismo e uma cana, que mais tarde já se exigia um quadro, uma mesa, um flanelógrafo e pouco mais; mas hoje em dia a formação catequética tem que ser apoiada por meios equivalentes aos utilizados pela formação em outros âmbitos, até pela importância de se utilizar uma linguagem equivalente à que as pessoas usam no seu dia a dia – televisão, vídeo, computador, Internet, power-point – ou pelos recursos que esses novos meios oferecem à preparação dos próprios catequistas: texto, imagem, som, acesso facilitado a documentos e outros materiais, etc.

Sendo verdade que a catequese se vê reduzida, em muitos casos, a uma preparação de festas sociais, como tivemos ocasião de dizer anteriormente, também não deixa de ser pertinente *“que se aproveitem as festas da catequese e outras festas da paróquia como verdadeira oportunidade de catequização aos diferentes níveis”*. Isto passa por uma leitura e apresentação cuidada da simbologia das celebrações; passa por uma atenta e oportuna preparação das intervenções dos diferentes agentes na celebração – crianças, pais, catequistas, pároco – de modo a que tudo convirja para a celebração e a vivência do mistério; esta forma de catequese deve assentar fundamentalmente numa sintonia clara entre a programação catequética e a vivência da fé na paróquia ao nível global: a presença do pároco nas sessões de catequese, a participação de crianças, pais e catequistas na vida litúrgica e social da paróquia, uma cuidada preparação das celebrações por parte de todos os ministros e demais agentes, nomeadamente no canto, admonições, homilia. Resumindo: que a catequese nasça de uma resposta evangélica à vida da

paróquia e que vida da paróquia se veja também animada a partir da vivência e da formação catequética das idades mais jovens. Para tal é fundamental que todos se sintam irmanados nos mesmos objectivos que passam por uma formação que garanta mais a preparação de bons cristão que a imagem vistosa de uma paróquia, mas sem reflexos visíveis na vivência e celebração da fé de todos.

5 - CATEQUESE DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

A formação da fé das crianças e adolescentes envolve um processo bem mais complexo que a simples organização de uma catequese paroquial. Ao nível dos conteúdos e dos métodos há um conjunto de condições que ultrapassam a mera transmissão de conteúdos doutrinários; trata-se efectivamente de um processo de aprendizagem que envolve diferentes faculdades humanas na sua relação com a vivência e mesmo a celebração da fé. É, por isso, “necessário que, tendo em conta os progressos da psicologia, pedagogia e didáctica, as crianças e os adolescentes sejam ajudados em ordem ao desenvolvimento harmónico das qualidades físicas, morais e intelectuais, e à aquisição gradual dum sentido mais perfeito da responsabilidade na própria vida, rectamente cultivada com esforço contínuo e levada por diante na verdadeira liberdade, vencendo os obstáculos com magnanimidade e constância” (CONCÍLIO VATICANO II, *Declaração "Gravissimum Educationis"*, n. 1). Esta proposta conciliar revela uma consciência face às diferentes envolvências do processo catequético, não só no que se refere aos destinatários, mas particularmente aos catequistas. Foi ela que originou um considerável incremento na preparação de catequistas, a organização de cursos específicos e a definição de programas para o itinerário catequético, entretanto alargado e conectado com a chamada escolaridade obrigatória.

Passados uns anos de experiência reconhecidamente positiva no campo da catequese, não podemos deixar de sentir a necessidade de colmatar algumas lacunas, de modo a responder cabalmente a novos desafios, quer do ponto de vista do desenvolvimento doutrinal quer do ponto de vista da pedagogia; um claro retrocesso na prática cristã por parte das famílias e das paróquias não permite aos mais

novos participarem daquele ambiente em que naturalmente a sua fé se desenvolveria em tempos mais recuados, pelo que se torna necessária uma preparação mais adequada dos catequistas. Por isso mesmo seria bom que, *“para além da importância que deve ser dada à formação doutrinal dos catequistas, houvesse mais formação nas áreas da Psicologia do Desenvolvimento, do Comportamento e da Pedagogia da Fé”*. A preparação dos catequistas inclui já alguma formação nas áreas da Psicologia do Desenvolvimento, há uma consciência crescente do que é um processo de ensino-aprendizagem, mas o facto de se realizarem Cursos de Formação de Catequistas não significa que todos tenham acesso a eles e sobretudo que resultem num nível de formação mais ou menos equilibrado em termos de igreja diocesana. O mesmo se diga da psicologia comportamental e sobretudo da Pedagogia da Fé. Neste campo há um longo caminho a percorrer: é certo que se ultrapassou já a catequese marcadamente intelectual ou racional para não falarmos apenas de uma catequese que apelava ao exercício da memória; invertendo um pouco a situação, chegou-se ao extremo oposto em que as fórmulas quase foram abandonadas, as exigências ao nível da memória se limitam a uns tantos conteúdos em que se insiste um pouco mais lá para o final do ano ou como preparação próxima dos grandes momentos do itinerário catequético. As metodologias propõem um exercício de interiorização do mistério da fé, implicam uma relação mais directa com a Palavra de Deus, promovem atitudes comportamentais condizentes e expressas ao nível da oração; mas perdeu-se alguma da carga simbólica da formação e da vivência da fé e nota-se um claro divórcio entre os conteúdos catequéticos e a vida corrente das crianças, com as suas actividades ao longo da semana, a ponto de a catequese ser apenas mais uma delas.

Vem-se insistindo, por isso, na responsabilidade das famílias para com a catequese: fazem-se reuniões de pais, os catecismos apresentam as “folhas de pais”, mas o envolvimento destes é

praticamente nulo, ou reduzido ao acto de levar os filhos ao local das sessões, o que não deixa de ser uma bela oportunidade para se livrarem deles por uns momentos e poderem fazer as compras da semana. Ao mesmo tempo, os pais até se sentem dispensados dos seus deveres de educadores com a desculpa de que nada entendem dos novos conteúdos catequéticos ou então porque, como já dissemos, não tem vivência religiosa que possa servir como auxiliar na formação dos seus filhos. Daí que *“a responsabilização dos pais no crescimento da fé dos seus filhos passe pela própria preparação e celebração do matrimónio”*, preparação que não deverá limitar-se ao simples processo e ensaio em ordem à da recepção do sacramento, nem às meras exigências da vida em casal, eventualmente com a participação no CPM, mas deverá também apelar e prepara para as obrigações decorrentes da paternidade e maternidade. E aqui encontramos o círculo vicioso em que entrou a formação religiosa: como se pode esperar que os noivos procurem uma formação nessa área se não possuem qualquer base de apoio vinda quer da sua família quer de uma catequese que já apresentou falhas nesse ponto?

Será então oportuno que *“a preparação para o matrimónio possa também oferecer alguns subsídios doutrinários que permitam aos pais assumirem-se verdadeiramente como primeiros educadores, numa correspondência à própria identidade da família como igreja doméstica”*. Quer dizer, trata-se de uma revisão da própria pastoral familiar, seja ao nível da formação de noivos seja da formação dos casais já constituídos: uma articulação da pastoral familiar com a pastoral paroquial; uma preparação para o matrimónio alargada à sensibilização para as exigências da vida familiar, nas suas diferentes componentes; uma atenção maior da pastoral familiar aos problemas e desafios da sociedade actual e não apenas a uma vivência pessoal da fé ou reduzida à estabilidade e equilíbrio da vida em casal; uma formação doutrinal e teológica alargada a um sentir da própria Igreja e a um compromisso com a comunidade, assumindo a família como

verdadeira “igreja doméstica”, ou seja, um espaço em que se possam viver e aprender as variadas dimensões do viver em Igreja.

6 – A CONCRETIZAÇÃO DA IGREJA DOMÉSTICA

A Família, enquanto “Igreja doméstica”, constitui o espaço ideal para uma catequese eficaz e para um crescimento e desenvolvimento da fé das crianças, adolescentes e jovens; a partir desta realidade teologal da família, nasceu, de facto, uma maior consciência da sua dignidade, mas não se aprofundaram convenientemente as suas implicações. Facilmente acreditamos que a família é uma igreja doméstica, capaz de realizar, no próprio seio, um espaço de vivência eclesial; no entanto não é bem assim; foi acontecendo o contrário: em vez de a Igreja e a consciência eclesial dos fiéis se desenvolverem a partir da realidade da família como igreja doméstica, foram os problemas e dificuldades por que passou a família nos últimos anos que acabaram por afectar Igreja limitando, e muito, o desempenho dos párocos e catequistas. Melhor: mais que os efeitos benéficos de uma família que se sente como Igreja doméstica e portanto como espaço de desenvolvimento e incremento da fé e da vida religiosa deparamo-nos com uma “Igreja em crise”, arrastada para o ambiente que começara por afectar as famílias.

Mas não podemos ignorar esta “igreja doméstica como único espaço onde as crianças e os jovens podem receber uma autêntica catequese. Nunca será demais o esforço dos pais cristãos para se prepararem para este ministério de catequistas de seus próprios filhos e por o exercer com infatigável zelo. E é preciso animar igualmente as pessoas e instituições que, por meio de contactos pessoais, encontros e reuniões e toda a espécie de meios pedagógicos ajudam os pais a cumprir este seu compromisso: o serviço que prestam à catequese é inestimável” (JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica “Catechesi Tradendae”*, n. 68). Daí que “é importante comprometer os pais e encarregados de educação na

catequese dos filhos, pelo que propõe”, um compromisso que vai além do simples facto de os matricular, levarem à catequese, participarem nas reuniões ou mesmo utilizar as “folhas de pais” onde elas porventura ainda existam. O compromisso eclesial da família implica uma boa vontade dos pais em colaborar, mas implica também uma abertura das estruturas paroquiais à participação da família em todo o processo de organização da catequese e no enquadramento da mesma na pastoral de conjunto. É desejável que “*seja incentivada a participação dos pais e encarregados de educação no processo de organização e planificação do ano catequético da paróquia*”, de modo a que compreendam a sua envolvência pessoal na vida da comunidade, ao mesmo tempo que se poderão sentir chamados a uma colaboração alargada a outros sectores.

Do mesmo modo, será importante colmatar as lacunas na formação dos pais a fim de poderem ajudar os seus filhos; por isso, não será de descurar uma catequese de adultos, especialmente dedicada aos pais de crianças da catequese, podendo ser oportuno que “*se promova uma formação específica orientada para a catequese em família, eventualmente através da elaboração de um Guia*”. A elaboração deste *Guia* envolverá certamente instituições mais alargadas ao nível eclesial, e não ao nível paroquial ou mesmo diocesano: deverá levar em conta as orientações da pastoral familiar, ser orientado por uma linha metodológica que permita envolver o casal e as suas obrigações educativas; deverá respeitar as diferentes etapas do desenvolvimento catequético bem como uma fundamentação dos conteúdos dos Catecismos das crianças de modo a ajudar os pais no acompanhamento dos filhos; deverá incluir várias componentes, numa relação interdisciplinar que permita também a aprendizagem dos pais à medida do progresso no ensino dos próprios filhos; não deve limitar-se, por isso mesmo, a uma reduplicação pura e simples do *Guia do Catequista*.

Para dar a entender a importância do envolvimento dos pais na formação catequética dos filhos, muito para além da participação nas “festas” de catequese, será também oportuno *“que se organizem jornadas e outras actividades de formação e convívio que englobem os pais, os catequistas e a comunidade em geral, no sentido de um maior conhecimento mútuo e de um compromisso mais consciente”*. Seria talvez mesmo esta, uma forma de transfigurar as actuais “festas” de catequese: criadas para uma maior motivação das crianças e familiares no processo de desenvolvimento da fé, ou mesmo para que a educação religiosa pudesse afastar aquela carga negativa que foi revestindo em tempos recuados, estas festas de catequese transformaram-se facilmente noutras tantas oportunidades para gastos, exposições, concorrência entre famílias e crianças, e até reduplicação de festinhas de aniversário com as consequências naturais daí derivadas. Por outro lado, naqueles lugares em que as festas de catequese não foram ainda afectadas pelas ondas do consumismo, também não conseguem aquele envolvimento da comunidade que as torne verdadeiramente eficazes no processo de desenvolvimento e de compromisso eclesial das próprias crianças e adolescentes. Para quê fazer uma Festa do Pai-Nosso se não se rezar em família? Para quê fazer uma Festa do Pão se não se participar habitualmente na Eucaristia? Para quê fazer uma Festa da Palavra se nunca mais se lê a Sagrada Escritura nem se tem condições para a compreender? Para quê fazer uma Festa do Envio se a comunidade paroquial não tem estruturas capazes de acolher as propostas de colaboração que tal missão implica?

Fazer da família uma “igreja doméstica” implica também a transformação da Igreja, particularmente a paróquia, em “família eclesial”; só deste modo será possível criar aquele ambiente verdadeiramente educativo, capaz de ajudar a germinar as sementes da fé, lançadas pelo Baptismo na alma da criança, sem perigo de

serem abafadas demasiado cedo pelos espinhos da tentação, pelas pedras da superficialidade ou pelas pisadelas da indiferença.

7 – LIMITAÇÕES A UMA CATEQUESE NAS PARÓQUIAS MAIS PEQUENAS

A formação catequética nas paróquias de dimensões ou aglomerados populacionais mais reduzidos debate-se, hoje em dia, com alguns problemas novos a exigirem uma solução adequada: está neste caso o número reduzido de crianças por cada catecismo, a falta de catequistas para abordar com competência todos os temas e a impossibilidade de uma caminhada pedagógica normal que resultaria, em grande parte, da inter-comunicação de ideias e experiências entre as catequistas, a comunidade e as crianças. Ao mesmo tempo as grandes celebrações ligadas ao itinerário catequético, ou mesmo as pequenas “festas”, ficam privadas daquela dimensão de solenidade que constitui forte motivação para todos os agentes no processo de formação e para a eficácia da formação catequética das crianças: não se pode preparar uma celebração com duas ou três crianças; mas juntar numa mesma celebração todas as festas de catequese, desde a festa do Pai Nosso de uns à Profissão de Fé de outros, nada ajuda a uma verdadeira vivência celebrativa. Por isso, tal prática, que existe, não será aconselhável. Será oportuno, para estes casos, *“que se procure adequar a metodologia catequética à situação particular das paróquias em que o número de crianças é muito reduzido”*. Esta adequação não passará certamente por uma alteração dos objectivos dos diferentes catecismos, nem poderá implicar grandes alterações nas próprias metodologias. Sendo certo que a criatividade poderá ajudar a encontrar algumas soluções, por exemplo para grupos catequéticos de uma ou duas crianças, a solução passa ainda por algo um tanto diferente.

As orientações da Igreja apontam para que “a Igreja particular integre, em um único projecto de Pastoral educativa, os diversos

sectores e ambientes que estão a serviço da educação cristã da infância e da juventude. Todos estes lugares se completam reciprocamente, e nenhum deles, assumido separadamente, pode realizar a totalidade da educação cristã. Uma vez que a pessoa da criança e do jovem é a mesma que recebe estas diversas acções educativas, é importante que as diferentes influências tenham a mesma inspiração de fundo. Qualquer contradição entre estas acções é nociva, pois cada uma delas tem a sua própria especificidade e relevância (*Directório Geral de Catequese*, n. 278). Esta dimensão de globalidade e inter-acção que deve caracterizar o itinerário catequético exige, desde logo, um projecto comum na paróquia, mas será preciso ir mais além, na procura de soluções criativas da parte dos párocos, soluções que passam particularmente pela organização de celebrações ou mesmo de uma catequese inter-paroquial. Os próprios organismos diocesanos terão uma palavra a dizer, deverão mesmo assumir as suas responsabilidades nesse sentido, procurando trabalhar desde já no sentido de *“que se criem, na área da Diocese, Centros de Formação Catequética, de âmbito inter-paroquial, onde deverá haver uma especial intervenção e presença do Secretariado Diocesano da Educação Cristã”*.

Esta solução poderia ter como referência os arciprestados, apontando, como referência, para iniciativas do género das que estão já a ser implementadas, com notória eficácia a diferentes níveis, pelas escolas oficiais do Ensino Básico: congregar os meios materiais e humanos num único espaço, o que não apenas vem rentabilizar recursos, mas sobretudo proporciona às crianças uma experiência mais rica e mais motivadora. Não ignoramos também os inevitáveis riscos de tal opção, nem alguns pontos negativos: diluição do sentido de comunidade, dado que as crianças são retiradas do seu meio demasiado cedo; a privação inesperada das nossas paróquias actuais daquela vitalidade própria da presença das crianças e dos jovens, com o inevitável envelhecimento das comunidades; a dificuldade na

integração posterior das crianças, adolescentes e jovens na vida e actividades das suas próprias comunidades paroquiais; a necessidade de deslocação para os Centros tanto das crianças como dos seus catequistas, com os inevitáveis custos; a necessidade de criação ou afectação de espaços mais alargados para a formação catequética de um maior número de crianças.

Cremos, no entanto, que a solução passa por aqui: exige-se uma planificação nova, através de um diálogo inter-paroquial que implique uma progressiva motivação e informação das pessoas e não apenas uma decisão administrativa; requer-se também a formação dos adultos para um conceito mais alargado de paróquia, assunto que trataremos adiante, ultrapassando puros bairrismos, de modo a fazer sentir as vantagens e sobretudo a urgência de uma resposta adequada e atempada aos reais problemas que envolverão a formação catequética nos próximos tempos.

Tal forma de actuar poderia contar com a colaboração daquilo a que se poderiam chamar *Centros de Formação Catequética*, ou seja, uma organização dos recursos de modo a que essas novas estruturas inter-paroquiais pudessem contar com a colaboração de pessoal formado provindo de outros lugares onde há maior disponibilidade e preparação; resolver-se-ia assim o problema da falta de recursos humanos e materiais em paróquias mais pequenas. É evidente que numa paróquia com pouca gente, de limitados recursos materiais, sem espaços adequados, as crianças não poderão usufruir daqueles meios técnicos que hoje são essenciais a uma eficaz formação catequética. Teremos então o direito de privar as crianças das paróquias pequenas e isoladas daqueles recursos e possibilidades que podemos já oferecer às maiores e mais desenvolvidas? Trata-se de uma perspectiva de actuação que envolve alguma formação de mentalidades, e uma efectiva caridade cristã, mas a demora na procura de soluções não deverá permitir que, mais uma vez, se perca

o comboio do desenvolvimento ou tenhamos que ir a reboque das experiências dos outros.

8 – A FORMAÇÃO JUVENIL

A formação específica dos jovens vem usufruindo de uma atenção particular da Igreja nos últimos tempos. Reconhece-se unanimemente que *“é importante cuidar a catequese com os jovens, atendendo a que estes se encontram numa idade particularmente receptiva e mais dispostos a abraçar e a viver ideais, mesmo vocacionais, que dão sentido à vida”*. Efectivamente, esta dimensão vocacional deverá constituir uma das componentes fundamentais da formação juvenil, indo de encontro ao sentido de generosidade que desponta neste idade e fazendo-os também crescer para o sentido de integração na comunidade humana e paroquial, de modo a poderem reconhecer, desde já, que não se podem limitar a exigir, mas devem também saber o que podem dar. Como também refere a Conferência Episcopal Portuguesa, *“a pastoral juvenil é inseparável da pastoral vocacional, dado que são especialmente os jovens que se encontram perante os desafios do compromisso resultante de uma livre e esclarecida opção de vida, em ordem ao futuro. A educação da fé deve, portanto, de modo sistemático, abrir os jovens para descoberta e compromisso, por força da fé e da graça baptismal, para a vida matrimonial, para o ministério ordenado, para a consagração religiosa ou laical, para as novas formas estáveis de empenhamento apostólico na Igreja e na Sociedade”* (CEP, *Bases para a Pastoral Juvenil*, n. 18).

É nesta idade que *“o Evangelho poderá ser apresentado, entendido e aceite como algo capaz de dar sentido à vida e, por conseguinte, inspirar atitudes inexplicáveis de outro modo: renúncia, desprendimento, mansidão, justiça, compromisso, reconciliação, sentido do absoluto e do invisível, etc., aspectos que permitirão identificar cada jovem entre os seus companheiros como discípulo de Jesus Cristo”* (JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica “Catechesi*

Tradendae", n. 39). Para isso será importante que os jovens sejam levados a assumir o seu crescimento, maturidade e afirmação pessoal nesta dimensão da generosidade e da colaboração.

Temos consciência de que "os jovens desejam coisas grandes; querem que a injustiça seja eliminada; querem que sejam superadas as desigualdades e que todos tenham a sua parte dos bens da terra; querem que os oprimidos obtenham a liberdade; querem coisas grandes. Desejam coisas boas, e, por isso, os jovens estão, vós sabei-lo, de novo plenamente abertos a Cristo" (BENTO XVI, *Discurso* em 25/04/2005). Se a catequese juvenil não corresponder a estas e outras inquietações dos jovens, eles até poderão acatar o que se lhes diz, mas acabarão por se ir afastando desmotivados e também desorientados pela força dos meios de comunicação social, pela força de influências de outros jovens e de outros ideais muito mais fortes e eficazes que a mensagem cristã, naquelas questões que têm a ver com a sua vida e formação: comportamentos ao nível afectivo e sexual, integração na sociedade, planeamento familiar, etc.

Para tal será preciso ter a coragem de dizer aos jovens: "Cristo não nos prometeu uma vida confortável. Quem deseja comodidades, com Ele errou direcção. Mas Ele mostra-nos o caminho rumo às coisas grandes, o bem, rumo à vida humana autêntica. Quando fala da Cruz que devemos carregar sobre os nossos ombros, não se trata de prazer do tormento ou de pedante moralismo. É impulso do amor, que se encaminha por si mesmo, que não olha em redor procurando-se a si mesmo, mas que abre a pessoa ao serviço da verdade, à justiça, ao bem" (BENTO XVI, *Idem*).

São estes os vectores fundamentais de uma catequese juvenil que deverá "*ser orientada no sentido de os ajudar na descoberta de valores, tanto humanos como cristãos, que os levem a um compromisso social e a uma vida cristã coerente*". Por isso, como referem os Bispos Portugueses, "a abertura aos valores humanos é fundamental para uma integração na sociedade e para uma

articulação da fé com a vida. As paróquias devem proporcionar aos jovens as fontes da vida espiritual, lugares de acolhimento e de encontro e espaços concretos de participação, que expressem igual preocupação por parte dos membros das respectivas comunidades” (CEP, *Bases para a Pastoral Juvenil*, n. 16).

Tendo em conta o anteriormente exposto, é fundamental que “*seja elaborado um Catecismo específico para a catequese de jovens onde estejam particularmente presentes quer as vivências e problemas específicos dos mesmos quer a verdade sobre o Evangelho de Jesus Cristo, nas suas propostas e exigências*”. Por outro lado é importante ter em conta que “*a caminhada dos jovens na formação, vivência e expressão da fé se faz, com maior vantagem e quase necessidade, em grupo organizado. O grupo é, por isso mesmo, um elemento pedagógico a suscitar e a apoiar na pastoral juvenil, pela sua importância no desenvolvimento humano e espiritual, como espaço de reflexão, de aprendizagem e de experiência de vida. A riqueza da dinâmica do grupo será tanto maior quanto mais ele estiver inserido e aberto à comunidade humana e cristã*” (CEP, *Idem*, n. 18). Quer isto dizer que a catequese juvenil não deverá degenerar na criação de grupos que contribuam para a criação de uma mentalidade fechada no interior da comunidade cristã, mas que a formação de grupos juvenis seja apenas um método que, através da dinâmica própria dos mesmos, ajude a criar aquela energia que os jovens deverão levar para a comunidade em geral. A inserção dos jovens na sociedade e na Igreja, a descoberta do outro como elemento fundamental da sua formação, o serviço aos demais como ponto de referência da sua maturidade, e a descoberta de Deus através do modelo de relação, de diálogo e de serviço que é Jesus Cristo serão os grandes objectivos de uma verdadeira catequese juvenil.

9 - A FORMAÇÃO CRISTÃ DOS ADULTOS

O crescimento na fé deve acompanhar as diferentes etapas do desenvolvimento humano e responder, na medida do possível, aos diferentes desafios que a sociedade vai trazendo ao dia a dia de cada um. Os sistemas económicos vivem e progridem através da formação contínua das pessoas para a utilização de novas tecnologias, para a descoberta ou mesmo para a criação de novos mercados, para a rentabilização cada vez maior dos recursos e até para a diminuição progressiva da mão de obra apesar das inevitáveis consequências ao nível do desemprego. Actualmente a pessoa humana é cada vez mais entendida como peça de um sistema de produtividade e consumidor cego dos produtos fornecidos por um agressivo mercado; ela não conta como pessoa, no momento de se olhar a custos de produção, nem muito menos as suas naturais apetências e as suas carências mais básicas constituem o objectivo para onde se orientam os estudos de mercado. Esta perda progressiva de identidade, esta despersonalização que o ambiente social lhe impõe exigem a descoberta de outros mundos e outros meios, não para criarmos uma espécie de alienação que a faça esquecer os problemas de cada dia, mas dando-lhe a possibilidade de se reencontrar, de descobrir novos motivos para acreditar e de recuperar a alegria de viver.

É nesse contexto que uma vivência adulta da fé poderá encontrar o seu lugar, exigindo das comunidades cristãs uma atenção particular a estas novas situações: educar e formar já não significa apenas preparar os mais novos para a vida, mas também preparar os adultos para uma "vida nova", derivada da mudança de emprego, da mobilidade laboral, das novas relações humanas provocadas pela presença de colegas e colaboradores, para não falarmos de concorrentes, vindos de outras paragens. Este é também um desafio

à fé, que deve ser vivida na caridade, na abertura à novidade e à mudança, na serenidade com que se enfrentam desafios jamais imaginados, na esperança com que se encara um futuro por vezes pouco animador. Também aqui a dimensão escatológica da vida cristã, a esperança como caminho, e a fé como luz que ilumina novas realidades, poderão ajudar os adultos a amadurecer e a transformar mentalidades tradicionais.

Efectivamente “a fé do adulto deve ser continuamente iluminada, desenvolvida e protegida, para adquirir aquela sabedoria cristã que dá sentido, unidade e esperança às múltiplas experiências da sua vida pessoal, social e espiritual; exige uma cuidadosa identificação das características típicas do cristão adulto na fé, a fim de as traduzir em objectivos e conteúdos, determinar certas constantes na exposição, fixar as indicações metodológicas mais eficazes e escolher as formas e os modelos. (*Directório Geral da Catequese*, n. 173). A urgência da *formação para uma fé adulta*, já anunciada e preconizada por João Paulo II, exige uma tomada de posição activa não apenas para estes se defenderem dos desafios da novidade, mas sobretudo para intervirem eficazmente nos sistemas sociais, políticos económicos e culturais de modo a evitar problemas ou solucionar os que surgem. De facto “os cristãos são chamados a possuir uma fé que lhes permita confrontar-se criticamente com a cultura actual resistindo às suas seduções; influir eficazmente nos sectores culturais, económicos, sociais e políticos; mostrar que a comunhão entre os membros da Igreja Católica e com os outros cristãos é mais forte do que qualquer vínculo étnico; transmitir com alegria a fé às novas gerações; construir uma cultura cristã que possa evangelizar a cultura mais ampla em que vivemos” (JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica “A Igreja na Europa”*, n. 50).

Quando a nossa comunidade cristã propõe “*que se procure motivar as pessoas para uma formação catequética que acompanhe os diferentes níveis etários*”, ela vive não só a preocupação com as

mudanças patentes na sociedade, mas também com uma certa "iliteracia" religiosa que faz como que os nossos cristãos não sejam capazes de "dar aos outros as razões da sua esperança". Sabemos que "a formação dos cristãos terá na máxima conta a cultura humana do lugar, a qual contribui para a própria formação e ajudará a avaliar tanto o valor inerente à cultura tradicional, como o proposto pela moderna. Dê-se a devida atenção também às várias culturas que possam coexistir num mesmo povo e numa mesma nação. A Igreja, Mãe e Mestra dos povos, onde for caso disso, esforçar-se-á por salvar a cultura das minorias que vivem nas grandes nações. Na acção formativa, certas convicções tornam-se particularmente necessárias e fecundas. Antes de mais, a convicção de que não se dá formação verdadeira e eficaz se cada qual não assumir e não desenvolver por si mesmo a responsabilidade da formação, pois, esta configura-se essencialmente como *auto-formação*. A convicção, além disso, de que cada um de nós é o termo e, simultaneamente, o princípio da formação: quanto mais somos formados, mais sentimos a exigência de continuar a melhorar a formação; assim como, quanto mais somos formados, mais nos tornamos capazes de formar os outros (JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica "Christifideles Laici"*, n. 63).

É fundamental que a formação cristã dos adultos seja coordenada de modo a: evitar multiplicação de esforços e de meios, e a conseguir uma sintonia com os objectivos propostos anteriormente, a fim de que a acção apostólica dos cristãos seja apoiada numa consciência clara sobre o seu enquadramento eclesial, comunitário e individual. Para isso é oportuno "*que se crie um organismo diocesano capaz de coordenar os diferentes meios de formação já existentes: Escola Superior de Teologia e Ciências Humanas, Secretariado Diocesano de Educação Cristã, Escolas de Formação dos diferentes Movimentos, organização e estruturação de Cursos, Jornadas, Encontros de Formação, etc. É imperioso "que se cuide particularmente a assistência religiosa aos Movimentos de Apostolado*

no sentido de que eles promovam uma formação dos seus membros coerente com as orientações dos Secretariados orientadores da formação catequética. Só atingiremos esse objectivo quando houver uma clara sintonia de orientações, de práticas, de fidelidade à Igreja que tornem os movimentos e obras de apostolado em autênticos veículos de formação dos seus membros, no aprofundamento doutrinal das suas atribuições e tarefas de modo a eles serem, por sua vez, formadores de todos os outros que participam da sua acção. Mas isso apenas se consegue pela efectiva disponibilidade dos assistentes religiosos, e pela vontade e capacidade, e mesmo exigência, de frequência dos respectivos dirigentes em cursos de formação técnica e doutrinal.

A especificidade dos diferentes carismas não pode permitir uma tal diversidade ou disparidade na formação dos membros dos movimentos e obras que venha a descaracterizar a dimensão de Igreja-Comunhão que os mesmos movimentos devem revelar. Antes, pelo contrário: seria oportuno talvez canalizar progressivamente para as instituições especificamente preparadas, com particular relevo para o efectivo aproveitamento dos recursos da Escola Superior de Teologia e Ciências Humanas do Instituto Católico, a formação específica dos membros, nomeadamente dos dirigentes, dos movimentos de apostolado.

10 - A FORMAÇÃO RELIGIOSA NAS ESCOLAS

A formação religiosa das crianças, adolescentes e jovens passa essencialmente pela catequese paroquial, mas não se limita a ela. A Escola é um veículo particular de formação e apoio ao desenvolvimento pessoal dos mesmos, não só pela dimensão educativa que a sua actividade representa, mas até pelo facto de os alunos passarem a maior parte do seu tempo no ambiente escolar; por outro lado, cada vez mais, os pais alienam na escola os seus deveres e responsabilidades educativos, facto que aumenta a importância da instituição. No que diz respeito particularmente à educação religiosa escolar, não deveremos entender que a escola deva desempenhar um papel catequético para com os alunos cristãos ou outros; compete-lhe, isso sim, ajudar na descoberta da relação entre a cultura e formação dos seus alunos e a vida e cultura religiosas que informam o ambiente em que a escola se insere. Por outro lado, um meio escolar onde a maioria ou uma grande parte dos seus membros – alunos, professores, funcionários – são cristãos pode desempenhar um papel importante também no campo da formação, o que concretizará a missão apostólica de qualquer cristão.

É nesse contexto que “a Igreja em Portugal deseja e estima a melhoria do ambiente de todas as escolas, pedindo que nisso se empenhem os cristãos que nelas estão presentes: professores, alunos, funcionários e famílias, muitos deles associados em movimentos apostólicos” (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Reunião de Abril de 1995*), da mesma forma que “às autoridades civis pediremos sempre que respeitem a liberdade do ensino catequético” (JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica "Catechesi Tradendae"*, n. 64). Pelo que à Igreja diz respeito é necessário “que se tenha um cuidado especial com o Primeiro Ciclo do Ensino Básico e se trabalhe no sentido de um efectivo envolvimento dos pais e dos Párocos com a

comunidade escolar”, isto em ordem a evitar que as crianças mais novas se vejam privadas da formação moral e religiosa católica. Efectivamente, dado o carácter interdisciplinar da programação escolar, e tendo em conta que o primeiro responsável pelo ministério da formação moral e religiosa é o próprio professor, é importante que ele se sinta motivado par tal, dispondo dos meios adequados e da formação necessária; caso contrário, é imperioso que se procure, dentro daquilo que determina a lei vigente, que formação religiosa seja ministrada por outra pessoa sob a responsabilidade do pároco.

Ao mesmo tempo é de evitar uma tendência frequente para reduzir a Educação Religiosa Escolar a considerações vagas de ordem moral, em função dos comportamentos dos alunos. A disciplina de Formação Moral e Religiosa Católica implica, efectivamente, a obrigação formal de ministrar uma formação sistemática de acordo com os programas superiormente aprovados. Também será de ter um especial cuidado com aquelas escolas ou centros escolares que abrangem áreas geográficas mais alargadas, onde se pode ocorrer o perigo de essa formação ser esquecida ou não ser assumida adequadamente.

Vai sendo alargado cada vez mais o período de escolaridade obrigatória; também as práticas mais recentes tendem a manter os alunos mais tempo no edifício escolar com o acompanhamento dos professores e funcionários; as instituições de apoio escolar e de ocupação dos tempos livres tendem a ser absorvidas pelo próprio meio escolar, pelo que será de agir também aí em ordem à formação ou educação religiosa, sendo importante *“que se procure aproveitar da melhor forma as possibilidades oferecidas pelas novas propostas do horário escolar neste nível de ensino”*. Se a Escola é uma comunidade, ela deve ser educativa em todos os momentos de actividade, sendo cada vez mais urgente que *“se tenha em conta a vivência e testemunho dos Professores, relativamente aos valores morais e religiosos propostos pela Igreja, na sua relação com os*

alunos, professores, funcionários e famílias". Esta exigência traz consigo implicações e responsabilidades não só para os professores, mas também para os pais e respectivas Associações, no sentido de zelarem pelo ambiente em que vivem os seus filhos: uma presença assídua e intervenção nas reuniões e outros meios; uma atenção redobrada ao sentir e ao evoluir dos seus filhos nas diferentes áreas educativas; um conhecimento dos problemas que necessariamente envolverão os diferentes agentes escolares; uma procura de resposta, através da escola, para novas situações com que se deparem em casa; tudo são meios de envolvimento dos pais num processo educativo cuja responsabilidade é de todos e cujos frutos poderão ser sentidos por todos também. É de desejar, por isso, *"que todos se afirmem como fomentadores de um sadio relacionamento que contribua para uma efectiva humanização da comunidade escolar"*.

Quer isto quer dizer que uma verdadeira educação moral e religiosa católica não depende apenas dos conteúdos ministrados nas aulas, mas deve despontar de todo o ambiente que envolve o aluno, em qualquer espaço da sua formação. Enquanto "lugar de aprendizagem por excelência dos saberes intelectuais e de experiências de vida, a escola é o espaço do progressivo acesso normal ao património cultural de um povo, tornando-se um contributo específico para o desenvolvimento da matriz cultural dos indivíduos. Embora as novas tecnologias proporcionem igual acesso, a relação humana professor-aluno tem possibilidades educativas insubstituíveis. Cultivando as faculdades intelectuais, desenvolvendo o espírito crítico e promovendo o sentido dos valores, a escola prepara para a vida profissional e social activa. Igualmente proporciona a abertura, a convivência e a cooperação mútua e promove a participação e a relação" (CEP, *Educação: um direito e um dever*, n. 18).

11 – A UTILIZAÇÃO FORMATIVA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Os meios de comunicação social foram considerados pelo Concílio Vaticano II como uma das “maravilhosas descobertas da técnica para os dias de hoje”, atitude que revela uma atenção particular aos sinais do nosso tempo enquanto este se apresenta como “um tempo de sinais”. Tradicionalmente contava-se apenas com a rádio, televisão, cinema e imprensa mas, actualmente, a palavra *multimédia* revela uma interacção dos diversos componentes do som, imagem, texto, que se torna manifestamente mais eficaz, à qual deveremos acrescentar ainda as potencialidades da Internet, como forma de acesso a informação diversificada, com as vantagens e perigos que daí podem advir. Mais recentemente ainda, a esta “rede” de informação e de comunicação social acrescenta-se uma outra rede de comunicação derivada dos próprios sistemas de mensagens: SMS, MMS, e-mail, etc. que pela interactividade que envolvem, gozam de uma eficácia ainda maior.

Por outro lado, a agressividade dos tradicionais meios de comunicação social, nomeadamente a Televisão, com a inevitável concorrência de canais, origina uma oferta de produtos que não tem em conta os interesses do público a não ser enquanto consumidor e sustentáculo dos gráficos de “sharing” ou dos níveis de audiência que permitam alargar as tabelas de preços da publicidade. Tornou-se normal ouvir, da parte de produtores televisivos ou de guionistas de novelas, que o objectivo da Televisão não é educar as pessoas, particularmente os jovens, mas oferecer-lhes um produto que agrade e os mantenha “adictos” ao aparelho; as ideias veiculadas pelo ambiente da comunicação social são as de uma des-responsabilização dos mesmo “media” e dos seus agentes pelos efeitos do produto

oferecido, importando apenas que o jovem “siga o que sente” numa clara afirmação de uma mentalidade hedonista e de vida fácil e descomprometida.

É, mesmo assim, este meio que deveremos aproveitar como veículo de formação de todos, mas particularmente dos mais novos, formação que começa eventualmente por uma sadia utilização dos mesmos. O aproveitamento das novas tecnologias, como veículo de formação, será uma aposta a fazer, de acordo até com as orientações da Igreja a esse respeito. Estes meios “podem ser usados para proclamar o Evangelho ou para o reduzir ao silêncio nos corações dos homens. Isto representa um desafio sério para os crentes, sobretudo para os pais, as famílias e para quantos são responsáveis pela formação da infância e da juventude” (JOÃO PAULO II, *Carta Apostólica “O rápido desenvolvimento”*, n. 7). É importante também apostar numa preparação dos cristãos adultos para a intervenção nos meios de comunicação, quer agindo nos já existentes, quer através da criação de outros; nesse sentido “devem ser encorajados na comunidade eclesial, com prudência e sabedoria pastoral, aqueles que têm particulares capacidades para trabalhar no mundo das comunicações sociais, para que se tornem profissionais capazes de dialogar com o vasto mundo dos mass-media” (*ibidem*).

Passando das palavras aos actos, é fundamental que cada comunidade, familiar, paroquial e diocesana assuma as suas responsabilidades neste campo: “*que a Igreja diocesana procure uma maior eficácia na utilização dos diferentes meios de comunicação social, a fim de que a sua mensagem chegue mais rápida e eficazmente aos seus destinatários, através de uma adequada qualificação e formação de quadros próprios aos diversos níveis da comunicação*”. Tal propósito implica que se disponibilizem meios materiais e humanos, que se ultrapassem amadorismos, que se invista em ordem à informação e à formação das pessoas, sem estar condicionado por eventuais perspectivas de lucro; é fundamental que

se procure uma forma de competir eficazmente com outros meios de comunicação social, sem se limitar a atingir apenas aquele público que efectivamente já segue as orientações da Igreja; os nossos meios de comunicação precisam de chegar a outros públicos que os procurem por caminhos que podem passar pela curiosidade cultural, pela clareza e qualidade do debate de ideias, pela qualidade da informação disponibilizada, pela seriedade e competência dos intervenientes, e mesmo pelo atractivo e qualidade do produto.

Precisamos de apostar num *“adequado aproveitamento e rentabilização dos recursos materiais já existentes ou mesmo na criação de outros novos”*. Estes passam necessariamente pela *“criação e exploração de uma Página de Internet diocesana”* como imagem do dinamismo da Igreja que somos e queremos ser, conscientes da realidade do tempo presente que não se compadece com rotinas ou inércia; pela *“rentabilização dos boletins paroquiais existentes”* que deverão necessariamente evoluir na qualidade da mensagem apresentada, ultrapassando a banalidade do já conhecido e do já visto, superando bairrismos quando são apenas reveladores de mediocridade, e uma dimensão doutrinal carregada de banalidades e porta-voz de mentalidades ultrapassadas e mesquinhas. Resumidamente, é fundamental *“que se orientem todos os meios de comunicação já existentes, ou os novos que se venham a criar, para a vertente da formação de mentalidades, tanto pela selecção de temas e notícias propostos como pelo seu tratamento”*. Ora, tal objectivo passará forçosamente pela formação dos próprios agentes da informação, ao nível das paróquias; poderá exigir a fusão de meios, actualmente dispersos e ineficazes, de modo a se poderem gerir melhor os esforços; poderá implicar uma atenção maior ao mundo e ao público a que se destinam no sentido de o promover e de o desenvolver e não apenas de lhe dar um produto sem interesse e que existe porque ainda não houve coragem para mudar ou acabar com ele.

II – “...DIGNÍSSIMO DE TODO O LOUVOR”

AS CELEBRAÇÕES LITÚRGICAS

“O louvor de Deus é a verdadeira grandeza do homem” e nós celebramos o Coração de Cristo “digníssimo de todos os louvores”. Deste modo poderemos compreender também o sentido de toda a acção litúrgica, enquanto forma de realizarmos, à maneira humana, esse louvor, de “exercitarmos os nossos corpos para a ressurreição”, de vivermos, no “já” da nossa história, o “ainda não” da escatologia, e de fazermos de cada palavra o eco da única Palavra de Deus, de cada nota uma ressonância do cântico criador do Verbo e de cada gesto um sinal de presença do Espírito.

A liturgia é essa “eternidade no tempo” que faz com que nos sintamos arrebatados para o divino, que faz com que transfiguremos as nossas vidas segundo a vontade divina, tornando realidade a graça do Baptismo, como vida segundo o Espírito. Então ela é convite à transfiguração das nossas vidas através da transfiguração do gesto, da palavra e do canto. Ela é convite a transfigurarmos os nossos sentidos de modo a se tornarem também veículos de acesso à graça: ver, para além da imagem dos ministros, a pessoa de Cristo que celebra; ouvir, para além das palavras e dos cânticos, a harmonia do canto dos santos no Reino de Deus; sentir, para além do odor de incenso, o suave perfume da oração que sobe até Deus; saborear, para além do pão, a comunhão do Corpo de Cristo; tocar a presença de Deus-Amor no convívio e na comunhão com os outros que celebram connosco.

12 – A FORMAÇÃO LITÚRGICA

A importância das celebrações litúrgicas foi particularmente incrementada pelo Concílio Vaticano II, numa reforma que implicou uma adaptação a novas perspectivas na visão da Igreja, em especial pela importância reconhecida à participação dos fiéis-leigos e pela definição mais clara dos diferentes ministérios e funções em cada celebração litúrgica. O apelo à “participação consciente e activa” da Assembleia, a novidade de alguns ritos e sinais, a vontade de uma eficácia maior nas celebrações, bem como a distribuição organizada de tarefas e funções, implicavam uma formação específica de todos os intervenientes, aos diferentes níveis, algo que se foi conseguindo de forma significativa ao longo destas últimas quatro décadas.

Tudo o que, entretanto, foi realizado nas nossas comunidades contribuiu ainda para clarificar algumas lacunas, descobrir eventuais carências e tomar consciência dos caminhos a percorrer. Esses caminhos passam, em grande parte, pela correcção de alguns desvios na aplicação da reforma, pela interpretação clara e autêntica dos princípios e normas conciliares, por um conhecimento mais aprofundado dos *“praenotanda”* dos livros litúrgicos, e o consequente conhecimento do sentido dos ritos e sinais e, particularmente, pela recuperação do sentido do mistério celebrado, para além da simples ritualidade. Como nos recorda João Paulo II, “a sensibilidade desejada pelo Concílio não deve degenerar no empobrecimento dos sinais, mas pelo contrário. Os sinais, sobretudo os sacramentais, devem possuir a maior expressividade possível” (JOÃO PAULO II, *Viver a Liturgia*, n. 10).

A reforma conciliar dava também oportunidade para o exercício de uma grande dose de criatividade na organização das celebrações, mas essa criatividade foi facilmente confundida com uma permanente alteração nos ritos, gestos e palavras, ao ponto de, por vezes, vir a

esquecer o essencial; sob a capa de criatividade e de modernidade viemos assistindo a alterações substanciais das normas e a tomadas de posição individuais que não só causaram alguma confusão nas mentes dos fiéis, mas também contribuíram substancialmente para uma quebra daquele sentido de unidade e universalidade que deve caracterizar a acção litúrgica da Igreja. De facto “é bom recordar que a eficácia das acções litúrgicas não reside na modificação frequente dos ritos, mas no aprofundamento da Palavra de Deus e do mistério celebrado; embora a celebração da Liturgia possua indubitavelmente esta nota da actividade de todos os fiéis, daí não se segue, como por dedução lógica, que todos devam materialmente realizar algo para além dos gestos previstos e das atitudes do corpo, como se cada um devesse necessariamente realizar uma tarefa litúrgica específica. Esforce-se a formação catequética por corrigir cuidadosamente as noções e hábitos superficiais que, nesta matéria, se têm difundido aqui e ali nos últimos anos, e faça re-despertar sempre nos fiéis um renovado sentido de grande admiração perante a profundidade do mistério de fé que é a Eucaristia, em cuja celebração a Igreja continuamente passa do velho ao novo (CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO, *O Sacramento da Redenção*, n. 40).

Nesse sentido cremos ser importante que, entre nós, “se promova uma cultura litúrgica e uma formação permanente que conduzam os diversos intervenientes na celebração a atitudes coerentes com o desenvolvimento da mesma – gestos, postura, canto, silêncios – de modo que todos possam interiorizar aquilo que celebram, tanto a nível pessoal como comunitário”. Tal cultura litúrgica pode assentar na preparação cuidada de cada uma das celebrações, sob orientação do pároco ou outra pessoa para tal qualificada, em ordem a que cada interveniente tenha consciência do papel a desempenhar em concreto. De seguida, porque é importante “dar atenção à formação litúrgica e qualificação dos diferentes intervenientes nas celebrações”, esta pode concretizar-se numa

preparação mais continuada e sistemática daqueles que, de um modo regular, desempenham tarefas, funções ou ministérios na liturgia: acólitos, cantores, leitores, ministros da comunhão; poderia acrescentar-se ainda a participação dos mesmos ou de alguns nos cursos e encontros de formação ao nível diocesano; finalmente seria importante apostar na criação de uma *Escola de Formação Litúrgica* ao nível da diocese, a qual proporcionaria aos agentes da Pastoral Litúrgica uma formação permanente, começando pelo próprio clero, onde se incluiria o aprofundamento teológico-litúrgico dos conteúdos das celebrações, particularmente as mais solenes, uma formação para o sentido e importância dos tempos litúrgicos e ainda uma preparação técnica e litúrgica mais cuidada de leitores, acólitos, cantores e organistas, etc. Tudo isto para que, de uma forma progressiva e mais competente, cada um saiba desempenhar o seu papel e, mesmo individualmente, *“possa preparar antecipadamente as celebrações”*.

Ao mesmo tempo é importante a preocupação com uma certa unidade e coerência nos momentos celebrativos: que as celebrações decorram com ritmo e sem atropelos nem dúvidas ou hiatos que entrem a sua eficácia e beleza; que todos, desde o Presidente aos restantes ministros, saibam claramente o que se pretende em cada momento; que a temática da celebração seja conhecida e assumida por todos, de uma forma coerente e acessível: comentadores, cantores, intervenções do Presidente com particular relevo para a homilia; que todo o material necessário – velas, turíbulo, cruz, livros, e sobretudo a matéria do sacrifício – esteja previamente preparado, etc. Isso será conseguido a partir de um trabalho conjunto, sendo de todo oportuno que *“sejam constituídas equipas litúrgicas para esse fim”*. Efectivamente, todo o trabalho e bom desempenho numa celebração litúrgica resultam afinal de um trabalho de equipa, com a dinâmica própria, que não deixa de ser uma expressão simplificada

do próprio dinamismo e vida que devem caracterizar qualquer celebração litúrgica digna desse nome.

13 – A CELEBRAÇÃO DA EUCARISTIA

No panorama geral da reforma litúrgica conciliar, a celebração da Eucaristia foi onde mais visivelmente se manifestou a mesma reforma, nomeadamente pelo conjunto de alterações propostas à prática anterior ao Concílio, e particularmente ao propor um mais elevado nível de participação dos fiéis e uma mais profunda vivência litúrgica dos mesmos. A alteração dos hábitos de “ouvir missa” para uma participação activa e consciente na celebração da Eucaristia implicou uma clara alteração das práticas tradicionais, que passaram de um certo alheamento quanto ao que se passava no altar, a não ser pelas respostas aos estímulos de um toque de campainha no momento da consagração, a um significativo leque de intervenções ao nível da palavra, do gesto e do canto. No entanto, também se podia correr, e correu, o risco de encarar a liturgia reformada nos termos da prática anterior à reforma, ao ponto de se cair num ritualismo sem sentido e, para mais, desprovido daquele sentido de mistério que a língua latina, a posição do altar, a orientação presidente e mesmo a ignorância litúrgica contribuía para criar.

A familiaridade com o sentido dos sinais litúrgicos, a visibilidade dos gestos, a clareza mais ou menos acessível dos conceitos, a acessibilidade de um maior número de leigos ao altar, tudo contribuiu para uma maior intervenção e participação, mas este facto não deixou de ter o reverso de uma certa banalização dos gestos, numa descuidada preparação de leituras, numa selecção de cânticos e aclamações deixada ao improviso, tudo contribuindo para alguma mediocridade nas celebrações que, passado que foi o período da novidade, foram perdendo vida, dinamismo e interesse.

Uma das grandes conquistas e um dos grandes objectivos da reforma liturgia era, e é ainda, colocar a Eucaristia, particularmente a Dominical, no centro da vida da Igreja, da vida paroquial e da vida

cristã de cada fiel. Ela deverá ser o ponto de referência da vida da comunidade, das suas actividades mais diversas, bem como da vida sacramental e sócio-caritativa de modo a definir a própria identidade de uma paróquia ou de uma diocese. Era nesse sentido que João Paulo II afirmava: "É preciso que a Santa Missa seja colocada no centro da vida cristã e que, em cada comunidade, tudo se faça para celebrá-la decorosamente, segundo as normas estabelecidas, com a participação do povo, valendo-se dos diversos ministros, no desempenho das atribuições que lhes estão previstas, e com uma séria atenção também ao aspecto de sacralidade que deve caracterizar o canto e a música litúrgica. Um compromisso concreto deste *Ano da Eucaristia* poderia ser estudar a fundo, em cada comunidade paroquial, os "*prænotanda*" da *Instrução Geral do Missal Romano*" (JOÃO PAULO II, *Carta Apostólica "Fica conosco, Senhor"*, n. 17).

De facto, para uma vivência mais plena e consciente da acção litúrgica, será necessário dar à Eucaristia aquela dimensão de centralidade desejada pelo Concílio e em sintonia com o exemplo das primeiras comunidades cristãs: estas "eram assíduas à fracção do Pão e ao ensino dos apóstolos"; em momentos difíceis de perseguição e de martírio, os cristãos eram identificados pela prática de "se reunirem no dia do sol", por eles chamado Dia do Senhor; e afirmavam intrepidamente que "não podiam passar sem o Domingo". Por isso, será importante responder à proposta do pontífice procurando que "*se promova o conhecimento da Instrução Geral do Missal Romano, em ordem a um aprofundamento cada vez maior do mistério da liturgia da Igreja*". Este conhecimento é fundamental para a compreensão do significado dos sinais e mesmo para o equilíbrio, dinamismo e coerência espacial e temporal dos momentos celebrativos, bem como para um aprofundamento teológico do espírito da liturgia.

Sem desprimor do relevo dado à criatividade – que não se deve confundir com improvisação – é fundamental o cuidado com a seriedade da liturgia, com a verdade dos sinais, com a coerência dos gestos, com a funcionalidade dos cânticos. É fundamental que a liturgia manifeste a unidade e universalidade da Igreja, pois esta é também sacramento da presença de Deus no mundo de hoje e sinal de acolhimento para aqueles que eventualmente visitam as nossas comunidades; assim se compreende a importância de que *“a liturgia seja celebrada sempre de acordo com os livros litúrgicos actuais”*.

Ao longo dos tempos, a liturgia cristã foi sendo enriquecida com alguns elementos que contribuíram para realçar a sua eficácia e também a sua beleza: a arte sacra, arquitectura, a ourivesaria, a escultura e particularmente a música deram um contributo notável para o esplendor das celebrações, com particular relevo para a época barroca, em contraste com a sobriedade das celebrações protestantes e também, eventualmente com o espírito de pobreza e simplicidade que o Evangelho nos propõe; ao pretender recuperar o espírito de pobreza e simplicidade do Evangelho, segundo o espírito das Bem-aventuranças e a opção preferencial pelos pobres, o Concílio Vaticano II propôs-se despojar a liturgia de alguns exageros que se foram acumulando ao longo dos séculos; com isso não se pretende afastar o insubstituível contributo da arte para a liturgia nem, muito menos, relegar para segundo plano a dimensão de beleza e mesmo espectacularidade que a liturgia deve revestir. O que é importante é encontrar-se o justo equilíbrio entre a beleza, a riqueza mesmo coreográfica dos gestos e movimentos, a qualidade da música ou a eloquência da palavra dentro do que são os grandes objectivos de toda a acção litúrgica; é portanto necessário que, da parte de todos os intervenientes *“se faça um esforço no sentido de que a liturgia seja vivida, antes de mais, como uma experiência de ordem espiritual”*. Isso implica que nenhum deles viva a liturgia apenas como experiência estética ou como exibição artística nem a liturgia

seja simplesmente encarada como número da festa, mas como serviço à vida espiritual de si próprio, ao crescimento e testemunho da comunidade cristã e sobretudo ao louvor de Deus, única razão de ser de toda a acção litúrgica.

14 – A BELEZA DA CELEBRAÇÃO LITÚRGICA

A beleza da acção litúrgica foi um dos pontos mais originais do último Sínodo dos Bispos, expresso nas respectivas “propostas”, facto que revela uma sensibilidade crescente para a dignidade e beleza da celebração da Eucaristia, mesmo não conseguindo disfarçar, por vezes, uma certa nostalgia de um património cultural esquecido e duma experiência passada cujos frutos se desejam e para os quais não se encontrou ainda alternativa. Já o Papa João Paulo II, na *Encíclica “A Igreja vive da Eucaristia”*, teve oportunidade de alertar para o tema da beleza ao dedicar-lhe todo um capítulo do referido documento. Ai, numa linguagem que alia a simplicidade evangélica dos fundamentos à riqueza da experiência acumulada pelos séculos, se afirma que “tal como a mulher da unção de Betânia, a Igreja não temeu desperdiçar, investindo o melhor dos seus recursos para exprimir o seu enlevo e adoração diante do dom incomensurável da Eucaristia. O esplendor das arquitecturas e dos mosaicos no Oriente e no Ocidente cristão são um património universal dos crentes. A Igreja sempre deixou largo espaço criativo aos artistas, como a história o demonstra, mas, a arte sacra deve caracterizar-se pela capacidade de exprimir adequadamente o mistério, lido na plenitude de fé da Igreja, e segundo as indicações pastorais oportunamente dadas pela competente autoridade. Isto vale tanto para as artes figurativas como para a música sacra. (JOÃO PAULO II, *Encíclica “A Igreja vive da Eucaristia”*, n. 50).

Na consciência de que toda a envolvência duma celebração deve contribuir para a sua beleza e eficácia, é fundamental que “se cuide o espaço das celebrações, nomeadamente quanto às condições de acolhimento, beleza, dignidade e sobriedade na apresentação do mesmo”; em concreto, é importante cuidar: a distribuição do

mobiliário de acordo com a centralidade e a dignidade própria do altar; a ornamentação dos espaços, de modo que os arranjos florais não prejudiquem a funcionalidade de cada objecto colocado sobre o altar; a posição de tocheiros ou velas fora do altar; a qualidade e limpeza de tapetes e alcatifas; a distribuição e colocação estratégica da iluminação; a qualidade e equilíbrio do som a partir de uma correcta colocação das fontes sonoras, e até a distribuição dos bancos com visibilidade suficiente para o altar e ambão, tudo são elementos a considerar ao nível do espaço litúrgico.

Um outro aspecto imprescindível na beleza e decoro da celebração litúrgica é a apresentação dos intervenientes, do Presidente aos restantes ministros; efectivamente é essencial que *“haja um cuidado particular com a preparação e apresentação, por parte do Presidente da celebração, dos monitores da assembleia, leitores e acólitos; assim: atente-se na qualidade e asseio dos paramentos, no aprumo das pessoas, na elegância e naturalidade dos movimentos, com uma total ausência de afectação ou qualquer tipo de exibicionismo; tenha-se um especial cuidado com a qualidade das restantes alfaías litúrgicas, a higiene de toalhas e panos de altar, a frescura das flores, e até a qualidade do pão, do vinho e da água.*

Outro aspecto importante é o dos livros litúrgicos: devem ser livros próprios e não os missais populares, de formato reduzido, a servir para tudo: no altar, apenas deve estar o Missal, grande e digno, colocado de modo que se veja e seja acessível a quem lê; seja usado com a dignidade e o respeito devidos, desde o modo quase ritual de o abrir e fechar até à forma cuidada com que se passam as folhas. Não têm lugar no altar quaisquer outros livros, devocionários, cadernos de apontamentos, agendas de avisos, etc. nem quaisquer outros objectos, mesmo piedosos, que não sejam estritamente necessários para a celebração. Quanto aos outros livros, o mesmo se pode dizer dos cuidados a haver: leccionários, livro da oração universal, livro dos salmos, etc., tudo o que utiliza o espaço litúrgico

tenha a dignidade adequada e sobretudo um razoável estado de conservação.

Mesmo que a questão da música e do canto não se tratem expressamente neste momento é importante também atender à “*postura e colocação do grupo coral*”. Conhecemos as dificuldades derivadas das condições arquitectónicas da grande maioria das Igrejas, construídas anteriormente à reforma conciliar, e prevendo a colocação dos cantores no coro alto. Actualmente, o desenvolvimento da acção litúrgica exige uma colocação que exprima a relação com a assembleia e a sua qualidade de animador da mesma. Por isso, a colocação no coro alto está, em princípio, posta de parte. No entanto deverá atender-se a alguns pormenores: o coro deve postar-se em lugar discreto, de modo a não desviar as atenções do altar; deve permitir um contacto físico e sonoro com a assembleia; deve permitir a movimentação dos seus membros no momento da comunhão; deve, quanto possível, permitir que os membros ajoelhem ou estejam sentados nos momentos próprios. Os membros do coro devem revestir-se daquela compostura que se espera de quem está a participar, mais, de quem desempenha um verdadeiro ministério na liturgia: vestuário, alinhamento e aseo, sem exageros que se tornem alvo de atenções. A colocação do coro deve também permitir que o director possa dar indicações sem chamar demasiado a atenção da restante assembleia; deve permitir um contacto directo com o órgão e organista, pelo que a colocação do órgão é também importante; poderá mesmo permitir que, uma vez por outra, o director do coro possa ser também condutor da assembleia para os cânticos mais comuns como aclamações ou um cântico de comunhão, por exemplo.

Tudo são pormenores que, no seu conjunto definem aquele ideal de beleza que deve revestir a liturgia enquanto sinal da beleza de Deus que aí se revela. Isto porque “a ninguém é permitido aviltar este mistério que está confiado às nossas mãos: é demasiado grande para que alguém possa permitir-se de tratá-lo a seu livre arbítrio, não

respeitando o seu carácter sagrado nem a sua dimensão universal” (JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica "A Igreja vive da Eucaristia"*, n. 52).

15 – O ACOLHIMENTO NAS CELEBRAÇÕES DOMINICAIS

A mobilidade humana em geral, o incremento dos fluxos migratórios que ultimamente se verifica nos nossos meios e a emergente cultura de fim-de-semana são fenómenos que vieram originar situações novas, ao nível da estruturação das nossas comunidades cristãs, com uma incidência particular no perfil das paróquias e das assembleias dominicais. Nos nossos dias, estas começam a transcender a simples realidade territorial das paróquias, alterando radicalmente aquele sentido de unidade e uniformidade que as caracterizava em tempos mais recuados. É tempo de irmos conhecendo e contando com essas novas situações, procurando dar resposta aos desafios que elas trazem e aproveitando também o enriquecimento que originam, ao abalarem um pouco a rotina das nossas assembleias. Chegámos a um tempo em que estas não se constituem apenas pelos que vivem dentro da área geográfica das paróquias, mas se vão formando a partir de muitos que chegam e partem anónimos, por aqueles que chegam empurrados por alterações nas condições de trabalho e também por aqueles que, após algum tempo de integração, acabam por partir para outras paragens; perde-se um pouco da estabilidade tradicional, mas ganha-se em dinamismo, em variedade, e até nas novas soluções que eles podem sugerir.

Aspecto fundamental a desenvolver, nesse âmbito, será o de exercitar a catolicidade ou universalidade da Igreja, de modo que tais pessoas que vão chegando se sintam em sua casa; esse exercício passa por uma integração progressiva dos mesmos, na vida e actividades da paróquia, por uma participação activa nas celebrações, o que pode partir simplesmente de um adequado acolhimento nas assembleias dominicais não só para eles, mas também para os

habituais frequentadores. Torna-se urgente trabalhar no sentido de se *“promover o acolhimento das pessoas que vão chegando para as celebrações, nomeadamente naquelas comunidades em que o fenómeno da mobilidade humana mais se faz sentir*. Aparentemente podemos ser levados a concluir que estamos perante fenómenos confinados às grandes metrópoles o que não é verdade; nos meios rurais começam a aparecer pessoas que procuram um pouco de tranquilidade, com a possibilidade de possuir uma segunda casa, algo que vem abalar um pouco a pacatez das nossas aldeias com novos hábitos e exigências novas. Ao nível dos grandes centros, o fenómeno é mais notório, sem dúvida, implicando significativas alterações e uma grande variação na fisionomia das assembleias dominicais.

Nesse sentido é importante promover o acolhimento a partir da *“constituição de equipas, preparadas para esse fim, que possam contribuir eficazmente para a criação daquele sentido de comunhão que integre os que vão chegando e os motive em ordem a uma participação mais activa na liturgia e a uma colaboração efectiva na vida da comunidade”*. Isto não deve ser feito de modo a indiciar logo um *“apanhar as pessoas”* para as comprometer imediatamente na rotina da paróquia, mas antes proporcionar-lhes inicialmente um ambiente acolhedor e familiar, manifestar-lhes aquela disponibilidade que não é mais que a concretização de um efectivo exercício da caridade cristã, atitude que poderá constituir um ponto de partida para a abertura dos que chegam para compromissos posteriores.

A situação anteriormente apontada pode também ser factor de aparecimento de realidades novas e mesmo de situações especiais que, outrora consideradas próprias de outros meios, começam também a ser comuns entre nós, umas que chegam de fora, outras derivadas de alterações do meio: casos de difícil integração social, situações de marginalidade, diferenças de raça, novos padrões de vida ou mesmo prática religiosa diferente. Trata-se de situações a serem tratadas com a necessária delicadeza de modo que as pessoas

não se sintam segregadas no momento em que as procuramos acolher; elas deverão perceber o nosso respeito pela diferença, a nossa atenção prioritária à sua dignidade de pessoas humanas, tendo o cuidado de não manifestar qualquer sinal de insensibilidade ou falta de seriedade. Neste contexto é importante a *“formação de Equipas de Acolhimento nas paróquias e nas próprias celebrações, paroquiais ou diocesanas, como resposta às novas situações específicas derivadas dos movimentos migratórios”*. Estas situações específicas poderão envolver estruturas familiares, a integração das crianças no ambiente educativo, e a integração dos pais no ambiente laboral; têm ainda a ver com as dificuldades da língua, com os receios iniciais em estabelecer uma relação de confiança com o meio, essencial para uma vida normal, ou com entraves à integração, derivados das instituições oficiais e das exigências burocráticas.

A integração destas pessoas no mercado do trabalho exige também uma grande capacidade de acolhimento e de diálogo, a fim de não serem temidos como concorrentes, mas acolhidos como alguém que precisa de ajuda na sua dignidade e no seu direito a viver. Competirá às equipas de acolhimento demonstrar-lhes que, pela participação nas nossas celebrações, se encontram em casa, manifestar-lhes a disponibilidade para os ajudar em função das limitações apontadas acima e sobretudo fazê-los sentir que não estão a ser pesados ou incómodos, mas são bem-vindos ao nosso convívio.

Esta tarefa do acolhimento ultrapassa, como se pode ver a mera dimensão litúrgica, podendo constituir-se como um belo exercício da caridade cristã, enquanto prolongamento da participação e da celebração da Eucaristia naquele sentido que nos é particularmente apresentado pelos mais recentes documentos pontifícios e a exemplo da primeira comunidade cristã que em que todos eram *“um só coração e uma só alma”*.

16 – A EUCARISTIA E AS SITUAÇÕES IRREGULARES

A participação nos Sacramentos, e particularmente na Eucaristia, por parte de pessoas que se encontram em situação irregular perante a Igreja constitui um dos aspectos mais dolorosos na vida da comunidade cristã. Trata-se de situações que, longe de serem casos isolados, se vão generalizando progressivamente, em função de uma certa facilidade com que a instituição familiar é posta em causa e sobretudo vencida pelo individualismo de uns e pela fraqueza de outros; a facilidade com que os poderes judiciais e administrativos permitem a consumação do divórcio, bem como a debilidade cada vez maior dos laços que originam e fundamentam a vida em casal, levam a que o nosso país se torne num dos registam maior número de divórcios ao nível da União Europeia, segundo dados muito recentes,

Porém, o lado mais dramático da questão está no facto de, em muitos casos, esta atingir pessoas com uma vivência cristã sincera e generosa, e que se vêem, mais depressa do que poderiam imaginar, vítimas de uma situação para a qual eventualmente não contribuíram e não encontram solução no quadro familiar, mesmo que animadas da melhor das intenções, da maior generosidade e capacidade para o diálogo. Em conformidade com a doutrina da Igreja, anteriormente apresentada na *Exortação Pastoral "Familiaris Consortio"*, o Papa Bento XVI, em diálogo franco e aberto com um conjunto de sacerdotes, ao ser colocado perante o problema, procurou, pelo menos, ajudar-nos a encará-lo numa perspectiva mais positiva ao dizer: "Não ousa dar agora uma resposta, mas em todo o caso parecem-me muito importantes dois aspectos. O primeiro: mesmo que não possam receber a comunhão sacramental, tais pessoas não são excluídas do amor da Igreja e do amor de Cristo. Uma Eucaristia

sem a comunhão sacramental imediata não é certamente completa, pois falta algo essencial. Todavia, é também verdade que participar na Eucaristia sem a comunhão eucarística não é igual a nada, é sempre um estar envolvido no mistério da Cruz e da ressurreição de Cristo. É sempre uma participação no grande Sacramento, na dimensão espiritual e pneumática e também na dimensão eclesial, se não estreitamente sacramental. Por conseguinte, é necessário fazer compreender que embora, infelizmente, falte uma dimensão fundamental, todavia tais pessoas não devem ser excluídas do grande mistério da Eucaristia e do amor de Cristo aqui presente. Isto parece-me importante, como é importante que os párocos e as comunidades paroquiais levem tais pessoas a sentir que, por um lado, devemos respeitar a indissolubilidade do Sacramento e, por outro, amamos as pessoas que sofrem também por nós. Devemos também sofrer juntamente com elas, porque dão um testemunho importante, a fim de que saibam que, no momento em que se cede por amor, se comete injustiça ao próprio Sacramento, e a indissolubilidade parece cada vez menos verdadeira” (BENTO XVI, *Colóquio em Val d’Aosta*, em 25 de Julho de 2005).

Estamos, por isso, perante uma situação que exige das comunidades, e particularmente das equipas de acolhimento, uma grande dose de compreensão e caridade cristã para estabelecer aquele necessário equilíbrio entre a fidelidade ao Evangelho, à realidade do matrimónio como expressão do Deus-Amor, e ao respeito pela pessoa humana, nomeadamente quando ela mais precisa de compreensão e respeito pois, eventualmente, já foi demasiadamente desrespeitada. A palavra do Papa resume claramente a atitude a tomar nestes casos ou seja o equilíbrio entre a coragem de dizer os “não” de Deus e a abertura e compreensão suficientes para dizer também aqueles “sim” que permitam à pessoa humana sobreviver e viver a sua fé, para utilizarmos a linguagem de um conhecido teólogo. Neste contexto, e dentro destes parâmetros

de actuação, é importante *“que se incentive o acolhimento e integração possível das pessoas que se encontram em situação irregular perante a Igreja”*. Este género de acolhimento exige uma preparação adequada, evitando actuar com qualquer espécie de superficialidade num sentido ou noutro: nem se pode ser tão rigorista de modo a excluir as pessoas em situação irregular de toda e qualquer participação na Eucaristia, nem se pode ser tão tolerante que se venha a ceder a uma interpretação da doutrina da Igreja como se ela não implicasse qualquer exigência ou ainda a adoptar uma atitude que, ao pretender não magoar ninguém, abandona a verdade e a seriedade dos sacramentos. É essencial que *“se actue com a devida prudência, no sentido de que tal acolhimento e integração sejam acompanhados por pessoas qualificadas para o efeito”*, mas sempre de modo a salvaguardar a verdade e as exigências da doutrina da Igreja, no respeito pelas pessoas, e no respeito por uma doutrina que nos foi confiada pelo próprio Senhor.

É importante também *“que se preparem as próprias comunidades cristãs para a compreensão destas situações e sua aceitação nas celebrações comunitárias”*, sabendo que, as diferentes situações – matrimónios à experiência, uniões de facto, católicos unidos apenas por matrimónio civil, divorciados que se casam de novo – permitem a escuta da Palavra de Deus, a participação em diversas iniciativas da Igreja, mas não a participação do sacramento da Eucaristia, podendo apenas ser admitidos à Reconciliação como início de um processo de regularização definitiva. Devem saber também que tal limitação não se aplica àqueles que, por qualquer motivo a que são consciente e positivamente alheios, se encontram na situação de separados sem terem assumido nova união. Uma atitude coerente neste campo deve assentar na certeza de que *“a Igreja está firmemente convencida de que, mesmo aqueles que se afastaram dos mandamentos do Senhor e vivem agora em situação irregular, poderão obter de Deus a graça da conversão e da salvação*

se perseverarem na oração, na penitência e na caridade” (JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica "Familiaris consortio"*, n. 84).

17 – OS SINAIS LITÚRGICOS

A importância conferida aos sinais litúrgicos e a uma leitura renovada da simbologia que integra as celebrações, como expressão visível do mistério de Deus, são alguns dos aspectos mais marcantes da reforma litúrgica e particularmente da perspectiva revelada nas celebrações presididas pelo actual Pontífice. A presença de sinais é uma constante da vida de hoje, ao ponto de se originarem aqui e além novas linguagens, expressões originais de comunicação entre as pessoas, individual ou colectivamente, quer em virtude do incremento das grandes movimentações de massas, do futebol às manifestações artísticas, quer decorrentes da generalização das novas tecnologias que, em certo sentido, vêm simplificar os códigos de comunicação; veja-se o que se passa com os novos códigos utilizados pela juventude, ao nível das mensagens de telemóvel, com os “cookies” utilizados nos e-mail, ou atente-se na criatividade revelada ao nível dos gestos na comunicação presencial.

Se é verdade que a linguagem dos sinais e dos símbolos sempre fez parte da vida em sociedade e ocupou um lugar muito significativo nas relações entre os primeiros cristãos, ao ponto de originar algumas manifestações artísticas de inegável valor, e conferir à própria liturgia aquela tonalidade que a caracteriza, também é verdade que os sinais e os símbolos só têm sentido se claramente comunicam a mensagem que lhes dá origem e significado. Ao nível da liturgia, a presença de sinais e símbolos teve sempre a finalidade de colocar quem participa nas acções litúrgicas em contacto com as realidades sobrenaturais, particularmente os sacramentos. Estes são mesmo definidos como “sinais eficazes da graça”, como manifestação visível daquela “vida que Deus comunica a cada um de nós”. Numa época em que a palavra começa a perder muito da sua força, quando

a racionalidade degenera num racionalismo que leva ao próprio descrédito, quando a liturgia vai colhendo os frutos amargos de algumas imprevidentes atitudes na aplicação das próprias regras, quando a secura das celebrações arrasta a liturgia para algo de insípido e banal, mais urgente se torna uma releitura e reinterpretção dos sinais e símbolos litúrgicos, quem sabe, até como forma de levar a própria celebração a uma sintonia com a linguagem actual. Compreende-se que “movida por um elevado sentido do mistério, a fé da Igreja no mistério eucarístico se tenha exprimido ao longo da história não só através da exigência duma atitude interior de devoção, mas também *mediante uma série de expressões exteriores*, tendentes a evocar e sublinhar a grandeza do acontecimento celebrado. Daqui nasce o percurso que levou progressivamente a delinear *um estatuto especial de regulamentação da liturgia eucarística*, no respeito pelas várias tradições eclesiais legitimamente constituídas. Pode-se afirmar que a Eucaristia, ao mesmo tempo que plasmou a Igreja e a espiritualidade, incidiu intensamente sobre a cultura, especialmente no sector estético (JOÃO PAULO II, *Encíclica*, “*A Igreja vive da Eucaristia*”, n. 49).

Assim, “*será de promover a valorização de certos sinais litúrgicos como a procissão de entrada, a incensação, a veneração do altar e dos livros litúrgicos, o rito da aspersione e outros, para que a participação na liturgia seja mais consciente e frutuosa*”; a estes sinais litúrgicos que se prendem particularmente com os gestos na celebração dever-se-ão acrescentar outros sinais e símbolos cuja carga de significado sacramental e histórico-salvífico não é menos importante: a luz, na sua relação com a fé ou com Jesus Cristo; a água na sua relação com o Baptismo; as vestes na sua relação com a transformação e conversão pessoal ou ainda com o ministério exercido; o próprio estilo do canto e da música litúrgica na sua relação com a atitude de oração de onde devem nascer e a que devem conduzir, etc. Não se trata de fazer as coisas por uma questão

de estética, mas de significado; não se trata de realizar algo para dar solenidade, beleza ou carácter festivo às celebrações, mas realizar aquilo que define o sentido e dá força à própria celebração eucarística do dia do Senhor. Mesmo que as limitações de tempo pareçam impedir a promoção de tais gestos e sinais, não deveremos prescindir deles, mas planificar as celebrações de modo a que se possa fazer tudo de uma forma equilibrada e não gastar o tempo com coisas menos importantes. Quantas vezes se gastam minutos e minutos em homilias sem conteúdo, quantas vezes se empatam as pessoas com listas intermináveis de avisos, quantas vezes se leva imenso tempo a dar a comunhão porque não se mandaram formar ministros que possam auxiliar nessa tarefa, quantas vezes se ocupa demasiado tempo a escutar cânticos desenquadrados da celebração e dizemos não ter tempo para realizar de forma correcta, descontraída, coerente e sobretudo portadora de uma mensagem, o simples gesto de beijar o altar ou o Evangelho”, de impor as mãos sobre as *oblatas* ou ajoelhar ou fazer uma inclinação calmamente...

Que valor damos ao sentido específico e verdadeiramente sacramental de determinadas palavras da celebração se a maior parte das pessoas da assembleia não as consegue perceber? Como poderá ser simbolicamente marcante um gesto, uma atitude, uma palavra ou um objecto, se o próprio que os faz ou utiliza não conhece o seu sentido ou age mecânica e inconscientemente? É por isso urgente *“promover quer um mais profundo conhecimento do sentido histórico-salvífico dos sinais, quer a vivência dos mesmos em cada celebração”*. E note-se que isto se consegue muito mais através de uma utilização cuidada, digna e consciente dos mesmos que por meio de intermináveis e repetidas explicações ou enfadonhas admonições e comentários. Não esqueçamos nunca que a eficácia de toda a acção litúrgica está mais dependente do vivido que do pensado ou explicado.

18 – O VALOR DO SILÊNCIO NA VIVÊNCIA DO MISTÉRIO

A vivência do mistério de Deus na liturgia está largamente dependente da compreensão de diferentes níveis de linguagem – palavra, gesto, canto – mas é pelo silêncio que melhor se pode envolver a alma na dimensão mais profunda das nossas celebrações. A experiência dos místicos e a preferência por locais desérticos revelada pelos grandes contemplativos, na sequência do próprio exemplo de Jesus Cristo, que se retirava para os montes, de noite, a fim de dialogar com o Pai, mostram-nos que é no silêncio e na tranquilidade que melhor se pode viver uma experiência de Deus. Esta verdade contrasta, todavia, com as formas agir e sentir nos dias de hoje: todos os momentos estão preenchidos, não pode haver silêncios, porque, mesmo que continue a ser verdade que “o silêncio é de ouro”, mais depressa se aceita a lógica da publicidade onde vale como nunca a ideia de que “o tempo é dinheiro” aproveitando ao segundo as oportunidades de enviar uma mensagem. Estamos tão habituados aos rumores, que o silêncio inquieta, provoca, exige ser preenchido, ainda que seja com música de fundo.

A própria celebração da liturgia em língua vernácula trouxe um tal incremento da palavra, do canto, da admoção, do comentário e do gesto que fez esquecer a importância do silêncio; sabemos que tal atitude corresponde a uma reacção natural face ao exagerado silêncio que a ausência de participação implicava anteriormente, mas não podemos aceitar a exclusão do nosso vocabulário de palavras como “mistério”, “adoração” ou “contemplação”, se queremos “acolher nos nossos corações a plena ressonância da voz do Espírito Santo e unir estreitamente a oração pessoal à Palavra de Deus e à voz pública da Igreja. Numa sociedade que vive de maneira cada vez mais frenética,

muitas vezes atordoada pelos ruídos e perdida no efêmero, *é vital redescobrir o valor do silêncio*. Não é por acaso que, mesmo para além do culto cristão, se difundem práticas de meditação que dão importância ao recolhimento. Porque não começar, com audácia pedagógica, uma educação ao silêncio no contexto de coordenadas próprias da experiência cristã? Tenhamos diante dos nossos olhos o exemplo de Jesus, que "tendo saído de casa, se retirou para um lugar deserto a fim de ali rezar" (JOÃO PAULO II, *Carta Apostólica "Spiritus et Sponsa"*, n. 13).

É imperioso *"que se promova a interiorização e a recuperação do sentido do mistério, próprio das celebrações litúrgicas"*, recuperação que passa pela valorização dos momentos de reflexão depois de uma homilia breve, pela valorização do momento "pós-comunhão", que não tem que ser necessariamente preenchido com um cântico, pela sintonia com a gravidade das palavras, o cuidado no tom de voz ou a qualidade e eloquência dos gestos do Presidente durante a Oração Eucarística. O sentido do mistério também se pode cultivar pela forma como evolui a própria celebração, nos diferentes momentos, sem a preocupação de tudo explicar, ou de tudo fazer de tal maneira que pareça que estamos perante um acontecimento vulgar: uma festa, um convívio, um almoço de amigos. A liturgia pode ter como ponto de partida tudo isso, mas deve chegar a ser muito mais que isso: a liturgia deve apelar à interiorização, à linguagem do coração, deve lançar interrogações, provocar o "suspense". Para o conseguir, deve variar-se o tom da voz, devem ser cuidados os gestos mais elementares, devem tornar-se claros os diferentes sinais; por exemplo, já nos apercebemos da força que tem o simples gesto de "partir o pão" antes da comunhão? É que estamos perante o gesto que definia a própria celebração e a identidade das primeiras comunidades: foi o gesto revelador de Cristo ressuscitado; é o gesto que vem acompanhado do canto "Cordeiro de Deus", mas quantas vezes realizado de uma forma banal, atabalhoada, aldrabado

por um “corte” previamente feito na hóstia e, sobretudo, passando completamente despercebido de uma assembleia que ainda reparte os últimos “abraços da paz”...

“Que se evite a tendência a preencher todos os espaços com uma actividade permanente, seja ela gestual, musical ou verbal”: esse activismo exagerado passa, muitas vezes, pelo excesso de movimentações e intervenções, passa por um contínuo distribuir de indicações, de recados, de esclarecimentos que só denotam que não se preparou convenientemente a celebração. O próprio canto nem pode ser entendido como um desbobinar de repertório para exibição do coro, nem como forma de preencher espaços mortos na celebração; deve, sim, enquadrar-se no próprio ritmo da liturgia, fazer parte do seu discurso; tal como as pausas na música não são momentos mortos, mas formas de valorizar ainda mais a beleza e a magia dos sons. É necessário que, através da utilização dos silêncios, sejamos levados a compreender o seu valor *“em ordem à interiorização da Palavra, ao diálogo interior e à contemplação do mistério da presença de Deus na liturgia”*. Não tenhamos medo do silêncio, porque é nele que a voz de Deus se faz ouvir como a Samuel, como a Maria, como a Jesus; mesmo que corramos o risco de escutar uma voz que inquieta, que interpela, que chama ao compromisso e à identificação com Ele. É afinal esta a linguagem com que entraremos em contacto com o mundo do divino e poderemos realizar, através das nossas liturgias, aquela comunhão dos Santos que revela a Igreja-Mistério, que professamos ao cantar: “com os anjos e os santos proclamamos a vossa glória...”

19 – O CANTO E A MÚSICA NA LITURGIA

O elevado alcance do canto e da música litúrgica do ponto de vista psicológico, antropológico, estético, histórico ou sociológico não caberiam nos limites de uma pequena reflexão. O canto litúrgico assumiu, ao longo dos tempos, diferentes conotações que poderemos encontrar na diversidade de géneros literários que *Livro dos Salmos* nos apresenta, na experiência litúrgica do Templo ou da Sinagoga, nos relatos sobre a vida das primeiras comunidades cristãs, etc. Uma verdade surge imediatamente à superfície: o canto litúrgico nasceu da oração, do gesto do homem quando voltou o seu olhar para Deus, no exercício da vontade em expandir as angústias e alegrias de uma alma enamorada do divino; o canto litúrgico foi sempre a expressão possível daquele balbuciar de quem quer dizer algo, mas não encontra as palavras adequadas perante a grandeza de Deus celebrado como presente na liturgia. O canto litúrgico nunca foi nem pode ser algo que, de fora, se impõe à celebração como peça que se encaixa no esquema de uma cerimónia, mas foi e deve continuar a ser resultado da vivência do mistério que se celebra, deve nascer da contemplação e da compreensão possível da Palavra escutada, deve dizer o que nos vai na alma, a partir dos reflexos nela produzidos pela “fé que vem daquilo que se escutou”.

Mais importante do que sabermos, seguirmos, cumprirmos recomendações ou normas dimanadas do Magistério da Igreja sobre o canto litúrgico é compreender a dimensão comunicativa e o enquadramento sacramental do canto na celebração litúrgica. Se conseguirmos compreender os reais objectivos que sempre nortearam e norteiam as orientações e normas sobre o canto litúrgico, melhor, se soubermos verdadeiramente o que é uma celebração, o que é a liturgia cristã, o que é viver uma experiência do

mistério de Deus, não precisaremos de muito mais para aceitarmos as condições a que devem obedecer o canto e a música litúrgica. De facto, não se trata propriamente de saber *o que* se deve cantar, mas *como, quando e porquê*. A resposta ao “porquê” vem da história, da antropologia, da psicologia, da experiência incontável daqueles que experimentaram na vida a força da música como revelação, fossem eles santos como S. Agostinho, poetas como Paul Claudel ou músicos como Johann Sebastian Bach; a resposta ao “quando” nasce do conhecimento das formas litúrgicas, do ritmo das celebrações, da própria história do culto e da liturgia desde a própria experiência do Povo de Deus; a resposta ao “como” deriva da sensibilidade para com o sentido da liturgia, da capacidade de criar e viver em clima de oração, da fidelidade à mensagem transmitida em cada momento pela Palavra de Deus, do respeito para com as características da comunidade celebrante, ao ponto de se poder dizer: “diz-me como cantas e te direi em que Deus acreditas”.

Relativamente à dimensão funcional do canto litúrgico, João Paulo II, referia: “o coro desenvolve na assembleia a função de guia e de sustento e, nalguns momentos da Liturgia, desempenha a sua função específica. Da boa coordenação de todos – o sacerdote celebrante e o diácono, os acólitos, os ministros, os leitores, o salmista, a *schola cantorum*, os músicos, o cantor e a assembleia – decorre aquele clima espiritual que torna o momento litúrgico realmente intenso, participado e frutífero (JOÃO PAULO II, *Quirógrafo “Impelido por um ardente desejo*, n. 8). O canto e a música litúrgica são efectivamente “*meios de interiorização da mensagem veiculada pela Liturgia da Palavra e formas de ajudar à participação de todos na liturgia*”, e nunca um fim em si mesmo; eles inserem-se no contexto geral da liturgia e devem estar de acordo com o evoluir da mesma, segundo os diferentes tempos, segundo as diferentes partes, segundo os diversificados ministérios e funções; seu objectivo é construir aquela unidade de sentido e conteúdo que torne eficaz toda a acção

litúrgica. A eficácia do canto e da música litúrgica assenta no modo como são apresentados por aqueles que os executam e assumidos como seus pelos que os escutam. É fundamental que *“se procure uma valorização do canto e da música litúrgica em ordem a uma integração dos mesmos na unidade da celebração”* de modo que cada um execute o que lhe compete: ao presidente compete preparar e executar as aclamações e orações que lhe estão confiadas no próprio *Missal*, como ao salmista a execução do Salmo Responsorial, ao coro a execução das partes que estão destinadas ao coro e à Assembleia as aclamações, respostas, cantos do Ordinário como também a colaboração noutros cantos que permitam uma participação adequada e equilibrada no contexto da celebração; ou seja, importa que *“a valorização e participação se faça no respeito pela condição e função de cada um”*. O significado do silêncio bem como o respeito pelo ritmo da celebração, que não deve ser nem demasiado longa nem demasiado breve, e a abertura à participação de todos na medida das suas competências e funções exigem que *“nem os cânticos sejam em número exagerado nem apresentem demasiadas novidades em cada celebração”*.

O valor e eficácia celebrativa do canto e da música litúrgica bem como a diversidade de situações e das assembleias exigem, por isso, uma *“formação litúrgica e espiritual das pessoas que integram os grupos corais, particularmente os juvenis, de modo que a sua intervenção nas celebrações litúrgicas seja efectivamente um factor de comunhão com a assembleia e de valorização da acção litúrgica”* e nunca uma forma de divisão, de conflito com a comunidade, de incoerência com o espírito da liturgia, de falta de respeito para com a própria dignidade das celebrações e do povo que nelas participa, nem muito menos como expressão unívoca dos gostos de grupos sem qualquer preparação ou formação musical e litúrgica. É fundamental *“que se evitem atitudes que possam revelar protagonismos, individualismos ou mero espírito de competição”*, atitudes que

colidem com aquele espírito da liturgia enquanto vivência do mistério de Deus pela comunidade cristã e celebração festiva da comunhão que a identifica no contexto da sociedade.

20 – CELEBRAÇÃO E COMUNIDADE

A experiência vivida pelas primeiras comunidades cristãs é reveladora da importância da celebração dominical como base da estrutura das mesmas, como fonte de coesão dos seus membros, apesar das diferenças ao nível da sociedade, e como forma de aproximação e resolução de eventuais conflitos; o apelo de S. Paulo a uma comunhão efectiva entre os membros das comunidades por ele fundadas, como forma de testemunho público da comunhão com o Senhor ressuscitado, é sinal dessa relação forte entre a vida e a celebração: “formamos um só corpo, todos nós que participamos do mesmo pão”. Esta consciência deu origem a alguns dos mais emblemáticos documentos dos antigos Padres da Igreja e está na base de algumas das orações mais importantes provenientes da liturgia e da vivência de fé das primitivas comunidades, chegadas até nós em alguns documentos como a *Didaquê*: a relação entre a pluralidade dos grãos de trigo e a unidade do pão, a relação entre a refeição de um mesmo pão e a pluralidade de pessoas, etc.

Com o evoluir dos tempos e alguma rotina instalada nas celebrações dominicais, reduzidas a mero “bem de consumo”, semanalmente disponível, a relação entre a edificação da comunidade e a liturgia foi-se perdendo; pelo contrário, a celebração tornou-se um dado adquirido, algo a que se tem direito, quase como quem compra o que quer na variedade de uma prateleira de supermercado. Conhecemos casos que desvirtuam por completo o sentido das celebrações, afastando-as do pulsar do coração da comunidade cristã, como algo que faz parte do seu respirar quotidiano. Encontramos, na melhor das hipóteses, alguma preocupação em cumprir o dever ou o primeiro Mandamento da Igreja, mas não uma vontade de manifestar a própria fé e de viver a Eucaristia. A escassez de clero vai criando

situações novas e fazendo emergir problemas que se prendem com a subsistência das comunidades, levando a considerar a celebração da Eucaristia como elemento essencial de uma circunscrição territorial, definida à volta do campanário, base da realidade social chamada paróquia, com determinadas implicações e exigências: a presença de um sacerdote; a celebração da Eucaristia segundo a vontade e as intenções de cada um; entender o Domingo como o dia em que “há missa”, servida a horas cómodas por alguém que, para tal, se disponibilize, seja o pároco, sejam leigos, segundo diferentes tarefas e funções.

No momento em que esta disponibilidade é posta em causa, corre riscos a identidade da comunidade, periga a subsistência da paróquia com as estruturas próprias, ficamos preocupados com a preservação do património, vemos posta em causa a persistência das pessoas e o seu enraizamento local, passamos a absolutizar a existência de um grupo que habitualmente ali se reúne. No entanto, a relação da Eucaristia com a comunidade cristã é outra, e o nosso tempo obriga-nos a repensar estratégias, encontrar soluções e sobretudo a descobrir o verdadeiro sentido da Eucaristia que ainda hoje “faz a Igreja”, realidade que origina, que cria, que faz despontar novas comunidades e não apenas lhes garante a sobrevivência ou lhes prolonga o estado vegetativo. Tenhamos em conta que “quando a Igreja afirmar que *o facto de a gente se reunir é mais importante que a Eucaristia*, então a Eucaristia não é verdadeiramente mais que uma reunião; a realidade da Igreja fica diminuída nas mãos do homem. Mas, uma vez que nos tornamos conscientes disso, eis que esta mesma estabilização social deixa de funcionar porque apenas se pode realizar no momento em que se pense que nela está em jogo algo mais. Quem olha directamente para a comunidade de pessoas como objectivo primeiro está a cortar-lhe os próprios fundamentos” (J. RATZINGER, *Cantate ao Signore un canto nuovo*, p. 93).

A Eucaristia é muito mais importante que a comunidade que se reúne, muito mais importante que a capela que está aberta aos Domingos, muito mais importante que a comodidade de horários e a disponibilidade de oferta que as pessoas poderão desejar; a Eucaristia, “sendo fonte e origem da formação e da coesão das nossas comunidades paroquiais”, está para além das mesmas e dos grupos que, nelas, o tempo foi formando. Por isso é importante que a Eucaristia volte a ser a fonte de coesão e da superação de divisões ou daquela dispersão que, por vezes, se encontra, provocando o proliferar de celebrações só porque as pessoas não estão habituadas a deslocar-se, só porque sempre tiveram ali alguém disponível, mesmo que o número de participantes o não justifique. A crescente desertificação das nossas aldeias ou a deslocação dos bairros residenciais das nossas vilas e cidades implicarão que as celebrações acompanhem também essa evolução, de modo a que a Eucaristia seja celebrada onde efectivamente se construa uma comunidade. Por isso mesmo, para além de outras situações que deveremos tratar adiante, é importante que *“as pessoas participem nas celebrações realizadas na Igreja paroquial”*, pois é aí que está o símbolo da unidade e da coesão que deve testemunhar a comunhão em Igreja, vivida na celebração.

A mobilidade humana, a cultura do fim-de-semana, a dispersão das pessoas que habitualmente trabalham e vivem nos grandes centros, foram criando um certo desenraizamento relativamente à vida paroquial, o que levou a uma perda de compromisso com ela e à procura de uma qualquer celebração onde quer que exista sem importar a colaboração pessoal para que ela se possa efectivar. Para isso será fundamental que todos se esforcem por *“participar nas celebrações realizadas na paróquia onde residem”*, de modo a poderem testemunhar aquela unidade que se afirme como construtora da Igreja e presença de Deus na comunidade dos homens.

21 – NOVAS REALIDADES ECLESIAIS

A doutrina conciliar sobre a Igreja como Povo de Deus e a chamada eclesiologia de comunhão vieram dar à dimensão comunitária da Igreja uma importância nunca antes verificada; o carácter positivo desta doutrina confere maior relevo à comunidade quer do ponto de vista sociológico quer do ponto de vista litúrgico, fazendo ressaltar, tanto a realidade da Igreja, no seu todo, e os direitos fundamentais dos fiéis como a dimensão celebrativa, estendida a todos os participantes na liturgia, segundo a função ou ministério de cada um. Todavia, a importância reconhecida à comunidade que celebra – que não é o mesmo que *assembleia celebrante* – corre o risco de originar alguns equívocos que condicionam a celebração da Eucaristia à existência prévia de grupos populacionais. Explicando: a Eucaristia não pode estar sujeita à existência, ou não, de uma comunidade tradicional, às suas condicionantes, ou mesmo limitações, como não pode nem deve estar dependente de interesses ou exigências de qualquer indivíduo ou comunidade, mesmo que a ideia geral seja essa, como tivemos já ocasião de ver. Quer dizer, a Eucaristia é sempre a celebração do mistério de Deus que deve ser eficaz, dinâmica, criativa, capaz de fazer Igreja onde quer que se celebre.

“Não há dúvida de que o sentimento da vida comunitária é mais imediatamente experimentável e mais facilmente compreensível do que *a realidade do sacramento*. Torna-se então evidente aqui a sujeição da objectividade do sacramento à subjectividade da experiência individual ou a sujeição do teológico à esfera do psicológico e sociológico. Mas as consequências de uma tal preferência da experiência de comunidade à experiência sobre a

realidade sacramental são sérias: é que então a comunidade não se celebra senão a si mesma” (BENTO XVI, *Colóquio em Val d’Aosta, 25 de Julho de 2005*). Estas palavras de circunstância do actual Pontífice retomam ideias anteriormente expressas em seus escritos teológicos e pretendem chamar a atenção para uma inversão de valores que se foi, neste como noutros campos, instaurando nas mentes e correntes de opinião no interior da comunidade cristã. Quer isto dizer que, mesmo que haja uma relação estreita entre a edificação da Igreja e a celebração da Eucaristia, é esta que deve construir a comunidade, ser “fonte de vida e de missão” na Igreja e não ser apenas resultante das exigências de um grupo ou comunidade.

Tal facto implica, do ponto de vista prático, a necessidade de resposta a novos desafios que se prendem com o desaparecimento de aglomerados populacionais e o surgir de outros a partir da mobilidade das pessoas e não apenas com a crescente falta de clero. É urgente, por isso, “*que se vá pensando em novos Centros de celebração litúrgica – onde os actuais Arciprestados poderão assumir uma importância relevante – que, por seu lado, se poderão constituir como pólos de convergência e de formação de novas comunidades ou unidades pastorais*”. Esta opção pastoral, mesmo que a fazer a médio ou longo prazo, exige desde já uma sensibilidade particular por parte dos responsáveis, no sentido de uma formação de mentalidades, de uma preparação dos cristãos para as novas situações que se prendem com uma reorganização das paróquias, com a conjugação de esforços e de meios para novos centros, e até com o desaparecimento mais ou menos próximo de estruturas com algum relevo no passado, mas que se tornam insustentáveis nos tempos de hoje.

O despontar de novos centros de culto, para além ou em substituição das paróquias tradicionais, não pode dar origem a uma despersonalização das nossas celebrações, levando à ausência de compromissos decorrentes das mesmas, esquecendo a dimensão caritativa e missionária que deriva naturalmente da participação na

Eucaristia; quer isto dizer que, no momento em que, em virtude do despontar de novas realidades sociais e eclesiais, se originarem novos centros de celebração, daí deverão nascer as novas paróquias. Mais ainda, no momento em que for impossível a multiplicação de celebrações, face à eventual escassez de clero, a solução passa pela construção de novos templos, dotados daquelas condições de acessibilidade e de espaço que se tornem criadores de novas comunidades, reunidas para celebrar a Eucaristia. Daí poderá originar-se uma nova dimensão de paróquia não já dependente de uma circunscrição territorial definida, mas decorrente da existência de uma comunidade nova que vive e celebra a sua fé. Deste modo é importante procurar *“que as pessoas que residem noutros lugares se sintam aí acolhidas e, sobretudo, motivadas para um compromisso eclesial mais consciente e activo”*.

Nessa ordem de ideias, será de procurar e prever também aquelas soluções que garantam o futuro das instituições e estruturas actuais, de modo a não deixar morrer um património importante a vários níveis; isso implica uma conjugação de esforços que passa por *“fomentar a unidade pastoral entre as capelanias e outros centros de culto, inseridos no espaço das actuais paróquias”*, ao mesmo tempo que se devem *“aproveitar tais espaços e o seu valor estimativo, como ponto de reunião dos residentes, para a realização de outro tipo de celebrações como tríduos, novenas, devoções ou Celebrações da Palavra, de modo a realizar aquela formação que se considera pertinente, em ordem ao nível de participação litúrgica e de compromisso eclesial que todos desejamos”*.

Quer isto dizer que estamos muito perto de uma transformação radical da nossa realidade pastoral, facto que não decorre simplesmente da falta de clero e da impossível multiplicação de celebrações, mas é sim a resultante natural do próprio dinamismo da Igreja que continua a “pôr a mesa” da Eucaristia como sinal de

presença do mistério de Deus que se manifesta e convoca também os homens de hoje.

22 – O SIGNIFICADO DA PARTICIPAÇÃO LITÚRGICA

A celebração e a participação na Eucaristia fazem parte da vida dos cristãos: a reforma litúrgica foi mais ou menos conseguida, os níveis de participação rondam o razoável, houve um incremento considerável dos ministérios, o canto litúrgico tornou-se mais ou menos habitual nas celebrações dominicais e festivas, a ponto de não constituir já a exceção, mas a regra. No entanto, as celebrações litúrgicas enfermam ainda de alguns desvios daquilo que deveriam ser enquanto sinal e presença dos mistérios da salvação. A Eucaristia é participada e entendida por motivos que não se prendem com esta gratuidade de Deus, mas com intenções, devoções, tradições e mesmo obrigações, onde a vivência da fé anda à mistura com expressões de religiosidade popular e até com indícios de superstição.

A *Constituição "Sacrosanctum Concilium"*, sobre a Sagrada Liturgia, oferece-nos uma definição de liturgia que, ao nível da importância, coloca no topo o próprio mistério de Deus e da Igreja que se sobrepõem, assim, à questão tradicional dos ritos, das cerimónias e das rubricas. A liturgia, diz, "é o exercício da função sacerdotal de Cristo; nela os sinais sensíveis significam e, cada um à sua maneira, realizam a santificação do homem; nela o corpo místico de Jesus Cristo - cabeça e membros - presta a Deus o culto integral" (VATICANO II, *Constituição "Sacrosanctum Concilium"*, n. 7). Esta perspectiva da celebração litúrgica vem exigir alguma alteração de perspectivas, quer nos pastores quer nos fiéis, em ordem a uma clara definição de conceitos e a uma hierquização de valores: a distinção entre a devoção pessoal e a celebração comunitária; a distinção entre o louvor a Deus e a súplica de graças ou favores; a distinção entre a gratuidade e participação voluntária e a obrigação face ao preceito dominical.

Numa prática pastoral mais coerente com a realidade da Eucaristia, *“será de incentivar o sentido de louvor e de acção de graças nas celebrações da Eucaristia, nomeadamente acompanhando acontecimentos relevantes da vida da comunidade ou das pessoas individualmente: aniversários de casamento, celebração de baptizados, conclusão de cursos”*. Estas celebrações deverão assumir progressivamente a prioridade relativamente a outras intenções ou motivações, para o que se torna urgente também uma verdadeira catequização eucarística. Esta catequização pode realizar-se com bastante proveito a partir do próprio sentido teológico da Eucaristia, subjacente à elaboração dos diferentes rituais e particularmente, pelo que *“será de incentivar a utilização dos formulários já presentes no Missal Romano para essas celebrações específicas”*, como sejam as celebrações para diversas circunstâncias, as missas votivas, as orações eucarísticas especiais, os formulários para as celebrações familiares ou comunitárias anteriormente referidas.

A questão das intenções pelos defuntos foi sendo envolvida com os tempos por uma carga económica de que se deveria ir libertando com proveito para todos: as intenções da Eucaristia derivam, na sua origem, do ofertório, com a participação individual para a vida da comunidade e particularmente dos mais carenciados; daí resultou posteriormente a orientação de parte dessas ofertas para a sustentação do clero, enquanto parte integrante da vida e dos encargos da comunidade, facilmente redundando em motivo principal. Assim, aquilo que era uma participação do sacerdote celebrante nos ofertórios realizados nas celebrações – as intenções das missas – passou a ser entendido como a obrigatoriedade de se “pagar” a intenção pedida numa Eucaristia. Uma doutrina sobre a salvação das almas e o sentido do sufrágio, por vezes carregada de equívocos, provocou a situação actual de uma significativa dependência da celebração eucarística relativamente à existência ou não de intenções pelos defuntos. A linguagem ainda utilizada pelo

nosso povo, como “pagar a missa” ou “encomendar uma missa”, bem como a menção dos nomes das pessoas no momento dos mortos, a prática das celebrações de sétimos, trigésimos e outros dias, para além das celebrações dos funerais, fazem com que a celebração da Eucaristia esteja ainda hoje quase invariavelmente condicionada às celebrações pelos defuntos.

Uma das soluções possíveis para esta situação anómala passa pela valorização *“do sentido e importância das missas “pelo povo”, evitando-se assim que se entenda a Missa como exclusivamente celebrada por intenção de defuntos”*. Esta missa “pelo povo” pode ser um bom ponto de partida para a valorização do carácter comunitário da celebração onde, a par da vida e intenções da comunidade que celebra, poderão estar presentes também as intenções particulares de cada um dos participantes; isto não impedirá, uma vez por outra, a menção de alguma pessoa em particular, nomeadamente se a própria comunidade se sente solidarizada com ela: alguém cuja participação na vida paroquial é particularmente reconhecida; alguém, indivíduo ou família, com quem a mesma comunidade se encontra particularmente solidária num dia festivo ou de dor, mas sempre em função da participação, da solidariedade e de comunhão entre todos e não em função do facto de se ter “pago” para que a celebração seja orientada para benefício particular.

Uma prática semelhante retiraria a carga economicista às nossas celebrações da Eucaristia, ajudaria a incrementar a solidariedade e a comunhão entre todos, ajudaria a uma participação mais desprendida e ao exercício da generosidade para com os mais carenciados, levaria eventualmente ao incremento da participação nas celebrações diárias, mais conotadas com estas condicionantes, porque cada um veria sempre a celebração da Eucaristia como sua, sem deixar de a entender como uma celebração que envolve a todos.

23 – A CELEBRAÇÃO DOS SANTOS

Para além da celebração dos defuntos, a veneração dos santos preenche muitas das nossas celebrações e festas, onde a Eucaristia é entendida no contexto da invocação, da intercessão e da veneração dum Santo, deixando para segundo plano a centralidade da mesma no Mistério de Cristo. As celebrações dos santos são a demonstração e o resultado de que “a acção evangelizadora e pastoral da Igreja assumiu certas realidades pagãs, baptizando-as, incorporando-as ao seu próprio sistema de crenças, práticas, símbolos, ritos e comportamentos”. Este processo de evangelização, que teve como referência o culto dos santos e cujos resultados se encontram ainda bem patentes na orientação das devoções populares, não se baseou preferencialmente nos grandes santos do calendário litúrgico – Apóstolos, Doutores, Virgens, Confessores – mas obedeceu a uma caminhada histórica demarcada em três etapas fundamentais:

Em primeiro lugar situa-se a devoção aos mártires ligada à veneração das relíquias, ao culto dos mesmos santos e respectivos locais de sepultura, desde as catacumbas romanas a qualquer outro local, mais ou menos conhecido; neste caso poderíamos situar a figura de S. Sebastião, cujo culto permanece claramente vivo entre nós, apesar do lugar secundário que o calendário litúrgico lhe reserva, a que juntaríamos outras figuras, cuja história se encontra envolta em fantasia e mistério, como Santa Marinha, por exemplo. Em segundo lugar situa-se o culto de figuras ligadas ao povoamento de lugares e à cultura dos povos, como sejam os monges e eremitas; estes centram o seu culto nos mosteiros e igrejas por eles fundadas o que motivaria não só uma proposta de fé à luz dos seus exemplos na vivência do evangelho, no confronto com o mundo, mas também resultaria em consideráveis fontes de receita para os respectivos

mosteiros. Estes santos acabaram por arrastar os centros de culto para sítios isolados: montes, grutas, bosques ou fontes. Temos, neste caso, o culto de santos como S. Bento, S. Martinho, Santo Amaro e outros mais ou menos conhecidos, a que juntaríamos o exemplo de S. Roque, conotado com a mística das peregrinações, e ainda algumas invocações de Maria (Senhora da Rocha, Senhora do Monte, Senhora da Peneda, Senhora da Cabeça, etc.). Em terceiro lugar viria o culto das imagens, muito mais próximo de uma cristianização do culto dos ídolos; este relaciona a devoção aos santos, com especial relevo para Maria Santíssima, com o aparecimento de imagens, com uma presença particular do Santo ou de Maria num determinado lugar ou terrinha insignificante, mas que a partir desse momento se torna centro de peregrinação e local de devoção; o culto das imagens conserva, entre nós, algumas práticas que se prendem com manifestações de alguma ingenuidade e sentido mágico como a necessidade de tocar, de beijar, e mesmo de colocar a imagem sobre a cabeça: Nossa Senhora da Cabeça, S. Bento, Santo Amaro, etc.

Este culto dos santos corresponde àquela ideia de que Deus se vai esquecendo ou despreocupando com os homens, cedendo a administração dos seus favores e graças aos seus servos, os santos, que assim vêm a ocupar, com a sua influência, o lugar deixado vago pela necessária providência de um "deus ocioso". Dá que se torne urgente recuperar para a liturgia e para a religiosidade popular a dimensão mais correcta. Segundo a doutrina da Igreja "o objectivo último da veneração dos Santos é a glória de Deus e a santificação do homem, através de uma vida o mais possível conforme com a vontade divina, e da imitação das virtudes daqueles que foram eminentes discípulos do Senhor. Por isso, na catequese e noutros momentos da transmissão da doutrina, dever-se-á ensinar aos fiéis que a nossa relação com os Santos deve conceber-se à luz da fé e não pode obscurecer o culto de adoração prestado a Deus Pai, por Cristo, no Espírito; antes, pelo contrário, o enriquece ainda mais. O

verdadeiro culto dos Santos não consiste tanto na multiplicação dos actos externos quanto na intensidade do amor efectivo que se traduz num compromisso de vida cristã” (*Directório sobre a Piedade popular e a liturgia*, n. 212).

A clareza doutrinal deste documento poderá constituir todo um programa pastoral na orientação das festas dos santos e as devoções populares e como caminho para uma participação litúrgica mais frutuosa e activa. Trata-se de um desafio aos pastores e particularmente aos pregadores para que procurem identificar e propor a dimensão teológica do culto do santo: o exemplo da sua vida como concretização do Evangelho; a presença junto de Deus como prolongamento da Sua acção misericordiosa e não como substituto do mesmo Deus e da sua providência; a sua proposta de comunhão dos santos a realizar na nossa vida e inserção na Igreja e o seu apelo à conversão no sentido da nossa maior identificação com ele e com Jesus Cristo de que ele, acreditamos, foi imitador exemplar. Por isso, é fundamental “*que se procure valorizar a riqueza da piedade popular pois foi ela que, ao longo dos séculos, constituiu o suporte da fé e da vida cristã de multidões de fiéis, permanecendo ainda latente na vida pessoal em muitos deles*”. Se a piedade popular e o culto dos santos foram o suporte de uma vida de fé, poderão ser ainda hoje o suporte e o ponto de partida de uma renovação da mesma fé, assente eventualmente em celebrações anuais com as quais o crente se identifica enquanto constitutivas também da sua própria identidade e inserção comunitária.

Para tal, “*as celebrações festivas das paróquias podem constituir-se como espaços privilegiados de evangelização, aprofundamento na fé e vivência litúrgica*”, tomando como caminho de orientação uma “*apresentação adequada e clara do fundamento teológico das devoções populares em honra de Cristo, de Maria ou dos Santos*”. Elemento fundamental neste processo de reconversão das celebrações populares em honra de Maria e dos Santos é a

programação que, salvaguardando os valores inerentes ao carácter festivo das mesmas e da presença viva da cultura do povo, deverá ser repensada “*de modo a fazer da Eucaristia o verdadeiro centro e ponto alto das mesmas*”. Tal propósito deverá ter como ponto de partida uma catequização das próprias comissões de festas e confrarias de modo a evitar certas formas de exploração comercial da religiosidade popular ou a manutenção de práticas, costumes ou tradições que em nada favorecem, nos dias de hoje, uma correcta vivência da fé e a uma veneração dos Santos como eles merecem.

24 – A PIEDADE POPULAR E A LITURGIA

Dotada de uma estreita relação mas, de modo nenhum, identificada com a religiosidade popular situa-se a *piiedade popular*, fundamento e sustentáculo da vivência da fé e mesmo de “participação” litúrgica, durante muitos anos, e um imprescindível veículo de evangelização para os mais simples. A piedade popular vem definida no *Directório sobre a Piedade Popular e a Liturgia*, como “as diferentes manifestações culturais de carácter privado ou comunitário que, no âmbito da fé cristã, se exprimem principalmente, não à maneira da Sagrada Liturgia, mas com as formas peculiares derivadas do génio de um povo ou de uma etnia e da sua cultura (n. 9). A piedade popular, considerada justamente como um “verdadeiro tesouro do Povo de Deus”, manifesta uma vitalidade que só os simples e os pobres podem conhecer; torna-os capazes de generosidade e de sacrifício até ao heroísmo, quando se trata de manifestar a fé; comporta um sentimento vivo dos atributos profundos de Deus: a paternidade, a providência, a presença amorosa e constante; gera atitudes interiores raramente observadas noutros lugares, no mesmo grau: paciência, sentido da cruz na vida quotidiana, desprendimento, abertura aos outros, devoção”.

Ao contrário da “religiosidade popular”, cujas manifestações se prendem com gestos e atitudes conotadas com a cultura e aquela dose de imaginário religioso presente em toda a pessoa humana, sem qualquer relação directa com o cristianismo, a piedade popular guarda uma relação não só com a fé cristã, mas também com a própria liturgia; as suas manifestações prendem-se com a “perspectiva popular” de sentir, entender e viver os mistérios e os conteúdos da fé, não em função da importância ou significado global da mensagem, mas em função da ressonância que um determinado

aspecto da mesma encontra no coração e na mente do povo. A piedade popular pode mesmo derivar da liturgia, salientar determinados aspectos da mesma e inserir-se, muitas vezes, no seu âmbito, como preparação ou como prolongamento dos seus efeitos. É nesse sentido que a *Constituição "Sacrosanctum Concilium"*, sobre a sagrada liturgia, dedica uma particular atenção aos chamados "exercícios pios", quer dizer, às manifestações da piedade popular. Aqui se encontram devoções, celebrações individuais ou comunitárias que, não tendo um carácter litúrgico são uma expressão da fé cristã e mesmo do sentido de Igreja; estes exercícios "têm sempre uma referência à revelação divina e um fundo eclesial; referem-se sempre à realidade da graça que Deus revelou em Cristo Jesus e, de acordo com as normas e leis da Igreja, desenvolvem-se segundo os costumes ou os livros legitimamente aprovados. Entre os principais, poderemos salientar: a Via-Sacra, a recitação do Rosário, certas formas de culto do mistério eucarístico como o Lausperene, tríduos e novenas, ou a celebração das virtudes de Maria no mês de Maio ou a veneração das almas em Novembro, etc.

"A piedade popular nem pode ser ignorada nem tratada com indiferença ou desprezo porque é rica de valores e exprime, por si mesma, uma atitude religiosa perante Deus. Tem, no entanto, necessidade de ser evangelizada, a fim de que a fé que exprime se torne um acto cada vez mais maduro e autêntico. Tanto os pios exercícios do povo cristão como outras formas de devoção são acolhidos e recomendados, contanto que não substituam nem se misturem às celebrações litúrgicas. Uma autêntica pastoral litúrgica deve saber apoiar-se nas riquezas da piedade popular, purificá-las e orientá-las para a liturgia como oferenda dos povos" (JOÃO PAULO II, *Carta Apostólica "Viver a Liturgia"*, n. 18). Estas recomendações não só deram origem ao documento acima citado, mas que deverão representar também uma norma de orientação dos pastores no sentido de que os exercícios de piedade sejam essa oportunidade de

evangelização e aprofundamento da fé que conduza os fiéis a uma vivência mais profunda dos mistérios de Deus celebrados na Liturgia enquanto oração oficial da Igreja.

Um contributo inquestionável para a compreensão do sentido e alcance dos “exercícios de piedade” foi-nos deixado por João Paulo II, ao escrever a *Encíclica “O Rosário da Virgem Maria”*; ali, este Papa mariano mostra a dimensão cristológica da recitação do rosário enquanto método para a compreensão do mistério de Cristo a partir da meditação dos mistérios “na escola de Maria”; este facto levou mesmo o Pontífice a acrescentar a meditação dos *mistérios da luz* como forma de abranger alguns conteúdos basilares da mensagem evangélica não presentes no rosário tradicional. O mesmo se pode dizer da importância dada pelo mesmo Pontífice ao exercício da Via-Sacra que, progressivamente, se foi tornando uma referência sobre a meditação do mistério da redenção através dos passos essenciais da Paixão de Cristo, segundo diversas leituras, desde a que foi confiada pelo próprio Papa a grandes teólogos ou pastoralistas como a que foi solicitada a um grupo de jornalistas.

Como se pode ver por estes exemplos, o mais importante é começar por despojar as devoções de um certo sentimentalismo que, por vezes, as envolve para deixar transparecer a verdade da mensagem nelas celebrada para além da ressonância que a mesma pode ou não ter em cada um; também assim se irá purificando as devoções daquele cariz individualista que interpreta a mensagem apenas segundo a perspectiva, os interesses e preocupações pessoais para a abrir à consideração do outro e à dimensão comunitária característica da fé cristã. A evangelização da piedade popular passa ainda pela sua relação com a liturgia: não a pode nunca substituir, nem se pode permitir que os cristãos limitem as suas expressões de fé às devoções, por mais importantes que sejam; não se pode misturar com a liturgia a ponto de causar confusão, mas deve conservar uma sadia relação que conduza da piedade popular à

liturgia: dando preferência à mensagem veiculada pela liturgia, nas orações e leituras quando contextualizada numa qualquer devoção; orientando os fiéis para a celebração da Eucaristia naqueles contextos festivos onde a devoção popular se manifesta por outros exercícios de piedade e é capaz de congregar, animar e revitalizar a fé agora desperta da letargia em que se mantém na maior parte do tempo.

25 – A CELEBRAÇÃO DOS SACRAMENTOS

Os celebração e recepção dos Sacramentos constitui aquela oportunidade, oferecida a cada fiel, de participar dos méritos da obra redentora de Jesus Cristo, participar da eficácia dos seus sinais de salvação, quais milagres realizados hoje em cada pessoa, e participar das acções e gestos do Senhor. Por isso lhes chamamos “sinais eficazes da graça”, presença activa da salvação, fonte de mérito para a nossa felicidade eterna, condição de vitalidade da fé. Mas se essa dimensão pessoal dos sacramentos é importante na medida em que Jesus Cristo salvou e quer dar a felicidade a cada um de nós, na sua individualidade, e de acordo com a sua personalidade e capacidade de crescimento na fé, não deixa de ser verdade também que os sacramentos envolvem uma dimensão comunitária: eles integram o indivíduo na comunidade, constroem a comunidade, convidam à solidariedade com os demais crentes e participantes da mesma graça; mais ainda, eles são a oportunidade para que todos partilhem a alegria do surgir de um novo membro, do seu crescimento para a vida, do convívio festivo em família, do seu regresso, qual ovelha reencontrada ou filho que redescobre o conforto da casa do Pai. Enfim, os Sacramentos revestem uma dimensão marcadamente comunitária, pelo que a celebração comunitária é oportunidade para que todos participem, a seu modo, da sua eficácia salvífica.

Na celebração dos Sacramentos “é toda a comunidade, o Corpo de Cristo unido à sua Cabeça, que celebra. As acções litúrgicas não são acções privadas, mas celebrações da Igreja que é o sacramento da unidade, isto é, povo santo reunido e ordenado sob a direcção dos Bispos. Por isso, tais acções pertencem a todo o corpo da Igreja, manifestam-no, atingindo, porém, cada um dos membros de modo diverso segundo a variedade de estados, funções e participação

actual. É por isso também que, sempre que os ritos comportam, segundo a natureza particular de cada um, uma celebração comunitária, caracterizada pela presença e activa participação dos fiéis, inculque-se que esta deve preferir-se, na medida do possível, à celebração individual e como que privada” (*Catecismo da Igreja Católica*, n. 1141).

Sendo verdade que a celebração agora comunitária de alguns sacramentos – particularmente Baptismo Matrimónio e Unção dos Doentes – é um dos resultados mais positivos da reforma litúrgica, poderemos tirar ainda bastante partido da mesma ao nível da catequese e da evangelização, em particular na recuperação da dimensão simbólica que eles revestem; por isso será importante “*que se procure que a celebração de Baptismos e Matrimónios esteja mais integrada na Eucaristia e em sintonia com a vida da comunidade, evitando que tais celebrações se reduzam a um mero acto social*”. A integração dos Baptismos nas celebrações da Eucaristia Dominical é importante mesmo perante a objecção da demora; esta integração não implica necessariamente uma celebração mais longa da Eucaristia dominical se atendermos a que: as leituras são as mesmas, a oração dos fiéis é a mesma, a recitação do Credo é substituído pela profissão de fé, a homilia é a mesma e pode ser reduzida em favor de uma vivência comunitária dos símbolos – água, vela, veste branca, óleo, etc. – que serão mais eloquentes que muitas palavras; ganhamos ainda no significado do acolhimento à criança e à família, ganhamos na consciência de crescimento da comunidade, ganhamos na redescoberta e consciencialização da graça do Baptismo por todos, ganhamos quanto à corresponsabilidade na vida e crescimento da paróquia, etc.

Outra oportunidade pastoral ligada com a celebração do Baptismo será a sua integração no processo de formação das crianças e jovens. Será de grande utilidade pedagógica “*que se façam algumas celebrações do Baptismo na Eucaristia com Crianças ou em*

outras celebrações ligadas à catequese, aproveitando a dimensão pedagógica que a própria vivência de tais celebrações pode revestir". Para as crianças, a riqueza da simbologia baptismal será uma oportunidade para vincar nelas, pela recordação do seu próprio Baptismo, a condição de filhos de Deus e de pertença à comunidade cristã; servirá de preparação para a sua profissão de fé; ajudá-las-á a uma interiorização mais lenta e cuidada do sentido da Palavra de Deus e do sentido das celebrações da comunidade cristã; contribuirá para exercitar aquele grau de criatividade que uma celebração permite e exige particularmente com a presença e a participação das crianças; permite uma proximidade maior com o mundo da ternura e da fantasia próprio da idade infantil.

Quanto aos Matrimónios, é importante que a celebração e a presença dos convidados na mesma constitua um efectivo meio de participação; para tal será importante que os noivos católicos saibam efectivamente escolher os convidados, não apenas em função das amizades, da familiaridade ou de outros critérios, mas em função de uma efectiva presença desejada e garantida no acto mais importante da sua vida; escolham convidados com quem possam contar na sua vida futura, nomeadamente em momentos mais difíceis, aspecto que deveria integrar o próprio processo de formação dos noivos e a preparação imediata para o casamento. Ao mesmo tempo, os convidados deverão ter a consciência de que representam ali a comunidade cristã que vive e se solidariza com aqueles noivos para toda a vida, alegrando-se nos momentos de festa e estando presente nos momentos de dor e sofrimento; esta dimensão comunitária e solidária da celebração do Matrimónio deverá ser vincada claramente na mesma cerimónia, pela homilia, pela oração universal, no momento do consentimento matrimonial, nomeadamente quando se diz "e vós todos aqui presentes sois testemunhas desta união...".

Tudo isto tem implicações ao nível pastoral e com a preparação e vivência do próprio celebrante, que deve começar por evitar

atitudes, palavras ou gestos que revelem superficialidade ou a mediocridade com que, por vezes, se pretende ser agradável a noivos e familiares. O mesmo se diga do perigo de aproveitar as celebrações matrimoniais para mandar recados ou para criticar; compete aos pastores fazer-se eco daquela dimensão da grandeza do Matrimónio como sinal do Deus-Amor, como sinal da responsabilidade de cada um em realizar a grande mistério da união de Cristo com a Igreja e anunciar a dignidade a que o casal é chamado de fundar e sustentar uma nova igreja doméstica.

26 – A CELEBRAÇÃO DAS EXÉQUIAS

A Celebração das Exéquias e o respeito pelas pessoas na hora da morte constitui um dos poucos elementos que gozam ainda de uma certa unanimidade na nossa cultura actual e na sua relação com a vivência da fé. Vemos que até os que se afirmam agnósticos ou ateus se curvam perante a seriedade da morte, são capazes de perceber e viver, algo do sentido sobrenatural que a morte reveste para quem acredita na vida eterna e na comunhão dos santos. Efectivamente, o sentido da morte e das celebrações com ela conotadas, bem como a memória dos defuntos, em geral, constituem um primeiro passo no diálogo da Igreja militante e padecente, a chamada "comunhão dos santos"; este pode levar-nos a compreender que todos participamos, ainda que de modo e em grau diverso, no mesmo hino de louvor ao Senhor, pelo que, assim, como afirma a *Const. "Lumen Gentium"*: "de modo nenhum se interrompe a união dos que ainda caminham sobre a terra com os irmãos que adormeceram na paz de Cristo, mas antes, segundo a constante fé da Igreja é reforçada pela comunicação dos bens espirituais" (n. 49).

A celebração dos mortos e pelos mortos é uma consequência e uma exigência da própria condição histórica e escatológica do homem: condição histórica relacionada com uma vida que se insere no tempo – nascer, crescer e morrer – mas condição escatológica que o leva a ultrapassar as fronteiras do tempo, a transpor o limiar da eternidade e a entrar no convívio com Deus e seus Santos, numa dimensão de amor universal. A celebração dos defuntos é um apelo claro à consciência da nossa condição humana, um dedo apontado ao caminho percorrido e a percorrer neste mundo e um sinal do destino de felicidade que Deus coloca diante de nós e a que nos chama em cada celebração de que participamos. Esta celebração constitui

também um apelo à memória dos que partiram antes de nós: na recordação dos caminhos que deixaram abertos; nas experiências falhadas, capazes de evitar que cometamos os mesmos erros; no testemunho de luta e coragem que nos transmitiram; no patrimônio de vida, de cultura e de fé que nos legaram e no nível de responsabilidade agora acrescida para com o nosso mundo, onde temos que preencher, da melhor maneira possível, o espaço deixado vazio após a sua partida.

Será este o sentido que deverá revestir a nossa participação nas celebrações da exéquias, vividas à luz da fé na ressurreição do Senhor e envolvidas na esperança que a Sua Palavra infunde nos nossos corações, sem esquecer nunca a solidariedade na dor que a morte representa sempre, mesmo que vivida à luz da fé. Não esqueçamos que sofrer com os que sofrem e chorar com os que choram é também uma ótima forma de viver a caridade cristã, particularmente em momentos tão sensíveis como este. Por isso “a celebração da *Eucaristia de Exéquias* é absolutamente aconselhável sempre que seja possível. Nela, a comunidade eclesial escuta a Palavra de Deus que proclama o mistério pascal, acalenta a esperança de nos encontrarmos também um dia no reino de Deus, reaviva a piedade para com os defuntos e exorta a um testemunho de vida verdadeiramente cristão; o que preside comente a Palavra proclamada, conforme as características da homilia, evitando a forma e o estilo do elogio fúnebre. Na Eucaristia, a Igreja expressa a sua comunhão eficaz com o defunto: oferecendo ao Pai, no Espírito Santo, o sacrifício da morte e ressurreição de Cristo, pede que o seu filho seja purificado dos pecados e suas consequências, e que seja admitido à plenitude pascal da mesa do Reino. Uma leitura profunda da *Missa Exequial* permite captar como é que a liturgia fez da Eucaristia o banquete escatológico, o verdadeiro “refrigérium” cristão pelo defunto” (SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO E A

DISCIPLINA DOS SACRAMENTOS, *Directório sobre a piedade popular e a Liturgia*, n. 252).

Assim, do ponto vista da acção pastoral, relativamente às celebrações de defuntos, eventualmente marcadas ainda por algumas tradições que poderão ofuscar a verdadeira realidade do mistério da morte e da ressurreição, é importante *“que se procure promover uma maior dignidade nas celebrações de funerais, quer com Celebração da Eucaristia quer apenas com Celebração da Palavra”*. Esta dignidade passa pelo cuidado com a preparação da celebração, com a escolha das leituras, adequada à situação particular do defunto e familiares, e tendo em atenção a oportunidade de uma evangelização e conforto de todos os participantes. Outro tanto se diga do canto de exéquias que deve ser coerente e digno, evitando a recitação mecânica e fria de certos cantos do Ofício que, por vezes, revelam pouco mais que uma descarada falta de respeito pelos mortos e um autêntico contra-testemunho para os vivos.

É importante que *“haja sempre uma homilia adequada, como presença reconfortante da Palavra de Deus, como momento privilegiado de evangelização e como apelo à esperança cristã”*. A frequente presença, nestes casos, de pessoas que habitualmente não aparecem na igreja poderá ser uma bela oportunidade para um apelo à escuta da Palavra de Deus, uma exortação à esperança, um testemunho da confiança na ternura de Deus que nos chama ao Seu encontro, na certeza de que esta despedida não é um adeus definitivo, mas um simples *“até logo!”*. Procurando evitar fazer das homilias de funeral um elogio fúnebre, ou cair em atitudes ingénuas de uma quase canonização daqueles que nos agradam mais, não é descabido que se apele ao exemplo deixado particularmente por alguém que a comunidade reconhece, que se assinalem aqueles testemunhos de fé e de coragem que, em momentos de sofrimento, revelaram uma configuração à Paixão de Jesus, testemunho tantas vezes vivido no anonimato de um leito, em casa ou no hospital. Pelo

contrário, este não é momento adequado para evocar os defeitos seja de quem for: quem os conhece não precisa que lhos lembrem, e deles deve guardar segredo; quem não os conhece não precisa de os conhecer agora que já nada pode fazer para os ajudar a corrigir. Quanto a juízos sobre as pessoas que já não se podem defender, deixemo-los nas mãos daquele “Rei em quem todos vivem”.

27 – OS MOVIMENTOS NA CELEBRAÇÃO LITÚRGICA

Um dos frutos mais marcantes da doutrina pós-conciliar sobre a Igreja foi a importância reconhecida ao papel dos leigos na mesma e o incremento dado aos movimentos de apostolado, ainda que estes já existissem anteriormente ao Concílio. Desde os tempos da Acção Católica que o laicado se vinha afirmando no contexto da acção apostólica da Igreja, particularmente no seu diálogo com o mundo, e como expressão da diversidade de carismas e ministérios na Igreja, mas é agora, a partir de uma perspectiva da eclesiologia, alicerçada na igualdade fundamental de todos os fiéis, que o papel do laicado é reconhecido e incrementado da forma definitiva. Este reconhecimento da importância actual dos movimentos de apostolado dos leigos teria o seu ponto culminante no Sínodo dos Bispos de 1987 em Roma que daria origem à *Exortação Apostólica "Cristifideles laici"*. Neste documento de João Paulo II, encontramos uma apresentação dos movimentos laicais nestes termos: "Estas agregações de leigos aparecem muitas vezes bastante diferentes umas das outras em vários aspectos como a configuração exterior, os caminhos e métodos educativos e os campos operativos. Encontram, porém, as linhas de uma vasta e profunda convergência na finalidade que as anima: a de participar responsabilmente na missão da Igreja de levar o Evangelho de Cristo, qual fonte de esperança para o homem e de renovação para a sociedade. A agregação dos fiéis leigos por motivos espirituais e apostólicos brota de várias fontes e vai ao encontro de diversas exigências: exprime, de facto, a natureza social da pessoa e obedece ao imperativo de uma mais vasta e incisiva eficácia operativa. Na verdade, a incidência cultural, fonte, estímulo, fruto e sinal das demais transformações do ambiente e da sociedade, só se pode alcançar com a acção, não tanto dos indivíduos, mas de um

sujeito social, isto é, com a acção de um grupo, de uma comunidade, de uma associação, de um movimento. E isso é particularmente verdade no contexto de um a sociedade pluralista e fragmentada — como é, em tantas partes do mundo, a actual — e perante os problemas tornados enormemente complexos e difíceis. Por outro lado, sobretudo num mundo secularizado, as várias formas de agregação dos fiéis podem representar para muitos uma ajuda preciosa em favor de uma vida cristã coerente com as exigências do Evangelho e de um empenhamento missionário e apostólico. Para além destes motivos, a razão profunda que justifica e exige o agregar-se dos fiéis leigos é de ordem teológica: uma razão eclesiológica, como abertamente reconhece o Concílio Vaticano II, ao apontar o apostolado associado como um “sinal da comunhão e da unidade da Igreja em Cristo”. É um sinal que deve manifestar-se nas relações de comunhão, tanto no interior como no exterior das várias formas de agregação e associação, no mais vasto contexto da comunidade cristã. É esta razão eclesiológica que explica, por um lado, o direito de agregação próprio dos fiéis-leigos e, por outro, a necessidade de critérios de discernimento sobre a autenticidade eclesial das suas formas agregativas. Antes de mais, é necessário reconhecer-se a liberdade associativa dos fiéis leigos na Igreja. Essa liberdade constitui um verdadeiro e próprio direito que não deriva de uma espécie de concessão da autoridade, mas que dimana do Baptismo, qual sacramento que chama os fiéis-leigos para participarem activamente na comunhão e na missão da Igreja” como refere o Concílio e foi mais tarde reconhecido pelo Código de Direito Canónico (JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica "Christifideles laici"*, n. 29).

No contexto da eclesiologia de comunhão se deve enquadrar a acção dos leigos e seus movimentos ou formas agregativas na Igreja, bem como a sua participação na vida e na liturgia da Igreja onde devem ser também factor de comunhão: esta comunhão realiza-se

pela coesão comunitária que promovem apesar da pluralidade de grupos e associações; pela coerência de fé que celebram, apesar da diversidade de pontos de vista na sua vivência e testemunho; na expressão da unidade da Igreja apesar da diversidade de carismas e funções de que são um testemunho visível. Então, "sendo a paróquia uma comunidade eucarística é normal que se juntem, nas Missas dominicais, os grupos, os Movimentos, as Associações e as Comunidades religiosas menores que a integram. Isto permite-lhes experimentar aquilo que lhes é mais profundamente comum, independentemente dos meios espirituais específicos que legitimamente os caracterizam, na obediência ao discernimento da autoridade eclesial. Daí que, ao Domingo, dia da Assembleia, não se deva encorajar a celebração de Missas para pequenos grupos: não se trata apenas de evitar que as assembleias paroquiais fiquem privadas do necessário ministério sacerdotal, mas também de fazer com que a vida e a unidade da comunidade eclesial sejam plenamente salvaguardadas. Compete aos Pastores das Igrejas particulares, depois de atento discernimento, autorizar derrogações, eventuais e bem delimitadas, a esta directriz, tendo em consideração específicas exigências formativas e pastorais, e pensando no bem dos indivíduos e dos grupos e especialmente aos frutos que daí possam derivar para toda a comunidade cristã" (JOÃO PAULO II, *Carta Apostólica "Dies Domini"*, n. 36).

Conhecemos, porém, algumas situações que revelam já os perigos de uma exagerada afirmação da diversidade que vem de alguns grupos e movimentos; conhecemos a tentação de marcar pela diferença com o comum dos fiéis a sua própria identidade através de alterações à aplicação das normas litúrgicas; sabemos da vontade manifesta por alguns de criarem o seu próprio mundo, no contexto das comunidades cristãs, ao ponto de exigirem uma atenção específica dos responsáveis, de não se integrando nas celebrações comunitárias porque não as consideram consentâneas com os seus

carismas, com a sua linguagem específica e sobretudo com um conjunto de práticas com que vão construindo uma forma de agir que contribui mais para a divisão que para a unidade no interior das comunidades cristãs. No entanto, toda a formação cristã levada a cabo nas associações e movimentos deverá tender para a construção da unidade na Igreja. Concretamente: os movimentos devem ser vistos como forma de, a partir da diversidade de mentalidades, da diversidade de caminhos, da diversidade de ritmos de vivência da fé, da diversidade de sensibilidades face às propostas do Evangelho, ir criando pontos de convergência que conduzam à unidade e não o contrário; ou seja, não se pode explorar a diversidade para a consagrar tornando-a em impedimento à unidade de testemunho, de vivência e de celebração da fé.

Nesse sentido, é fundamental *“que se aproveite a participação das pessoas em Movimentos da Igreja como espaço de formação e de evangelização”*, entendendo-os como elementos de fronteira entre a diversidade do mundo e a unidade da Igreja, chamada a ser a casa comum de todos os homens de boa vontade. Ora o ponto de referência da unidade das comunidades cristãs, o ponto de convergência de toda a acção apostólica, própria dos movimentos laicais, deve ser a Eucaristia, podendo *“tal como outros momentos celebrativos servir também como catequização em ordem a uma maior unidade e integração dos movimentos na única e mesma comunidade*. Por isso não se pode aceitar que qualquer movimento ou obra de apostolado possa aparecer. no contexto de uma celebração comunitária. impondo as suas ideias, o seu estilo, os seus textos e os seus cânticos a toda a comunidade, em afirmação da sua especificidade ou diferença relativamente aos outros. Se isso poderia ser eventualmente aceite numa celebração particular do grupo, ainda que não esteja, nem aí, dispensado de seguir as normas gerais, o mesmo já não pode acontecer numa celebração de toda a comunidade cristã, mesmo que *“animada”* por esse grupo ou

movimento. Aí, deverá fazer um esforço por aprender e utilizar a linguagem e a forma de ser Igreja comum a toda a comunidade até como testemunho de integração na mesma.

Esta é uma urgente tarefa dos Pastores, nomeadamente dos Assistentes espirituais dos diferentes movimentos e obras, que devem orientar a formação espiritual dos mesmos no sentido de incrementarem este espírito, não só como expressão da comunhão na Igreja, mas, neste contexto preciso, como forma de colaboração nas celebrações da Eucaristia onde eles devem ser os primeiros a dar testemunho de unidade, de sintonia de ideias, de colaboração generosa para que a mesma celebração possa realizar o seu fim último que é a celebração do mistério de Cristo, cabeça da Igreja, e ponto de referência de toda e qualquer acção apostólica.

III – "...FORNALHA ARDENTE DE CARIDADE"

A COMUNHÃO E PARTICIPAÇÃO

Jesus afirmou ter "vindo trazer o fogo à terra" (Lc 12, 49) e por esta expressão se identificava com a visão de Moisés no Monte Sinai ao contemplar, na sarça-ardente, o fenómeno de "um fogo que não consumia". Esta é a linguagem reveladora de Deus como comunhão, como amor, como fogo que incendeia sem queimar nem consumir, mas antes ilumina e aquece. Já dizia o nosso épico: "amor é fogo que arde sem se ver"; a comunhão em Igreja é mesmo essa experiência que revela a presença sempre discreta do Espírito que um dia se manifestou em "línguas de fogo".

Ao aclamarmos o Coração de Cristo como "fornalha ardente de caridade" não só nos fazemos eco da fé e da devoção popular, mas recordamos também aquela dimensão de caridade que deve transparecer da vida e da fé da Igreja enquanto presença reveladora do Coração de Cristo no mundo.

A comunhão na Igreja, como condição e lugar da participação de todos os fiéis na sua vida e missão, é epifania de Deus, presente na comunidade cristã. Nesta comunidade, palpita de amor o coração de Cristo, em suas veias corre o sangue da graça alimentando uma vida que é analogia da própria vida de Deus; na comunhão e unidade entre os seus membros, encontramos a imagem da própria unidade e inabituação que define a relação entre as pessoas divinas.

28 – A IGREJA-COMUNHÃO

A identidade da Igreja como mistério de comunhão vem propor-nos, uma forma diferente de entendermos o “ser cristão”, uma forma que apela a uma dimensão de interioridade que ultrapassa de longe a mera consideração sociológica tradicional da Igreja. Esta afirmava-se tradicionalmente como sociedade perfeita, alicerçada numa estrutura hierárquica piramidal, onde os leigos “não tinham outro direito que o de deixar-se conduzir pelos seus pastores”; numa história já secular se encontrava a base inabalável da sua identidade e forma de estar no mundo, como realização da palavra de Jesus Cristo: “sobre esta pedra edificarei a minha Igreja”. Nessa linha de princípio, não de todo errada, mas redutora, o conceito de responsabilidade e de acção dizia respeito apenas ao clero, pelo que a participação dos leigos se reduzia ao mero cumprir das ordens vindas de cima sem qualquer compromisso que não fosse obedecer. Criou-se assim uma forma de ser Igreja marcadamente sociológica, despersonalizada, baseada no cumprimento de regras ou preceitos, assente na certeza dos dogmas e na força do Direito, definida pela sintonia mais ou menos cega com a opinião daqueles que mandavam, e nunca como oportunidade de cada cristão se sentir irmanado num projecto comum e na vivência efectiva das consequências do próprio Baptismo, enquanto concretização terrena do mistério de Deus revelado. Esta mentalidade ultrapassou ainda os tempos do pós-Concílio, quando muitos daqueles que, atentos à novidade da linguagem conciliar, já falavam de Igreja-Comunhão e apelavam à necessidade de diálogo no interior das instituições da Igreja, não tinham na ideia muito mais do que exigir dos outros, eventualmente inferiores, a comunhão com as suas próprias ideias.

Mas a realidade que decorre do conceito de Igreja-comunhão aponta para algo de mais profundo e sério: "O conceito de *comunhão* está "no coração da auto-consciência da Igreja", enquanto Mistério da união pessoal de cada homem com a Trindade divina e com os outros homens, iniciada na fé, e orientada para a plenitude escatológica na Igreja celeste, embora sendo já desde o início uma realidade na Igreja sobre a terra. Para que o conceito de *comunhão*, que não é unívoco, possa servir como chave interpretativa da eclesiologia, deve ser entendido no contexto dos ensinamentos bíblicos e da tradição patrística, nos quais a *comunhão* implica sempre uma dupla dimensão: *vertical* (comunhão com Deus) e *horizontal* (comunhão entre os homens). É essencial à visão cristã da *comunhão* reconhecê-la, antes do mais, como dom de Deus, como fruto da iniciativa divina cumprida no mistério pascal (SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Carta aos Bispos sobre alguns aspectos da Igreja-Comunhão*, n. 3).

É por isso que, considerar a Igreja como comunhão, no sentido que a doutrina conciliar a entende, implica uma grande mudança nas atitudes de todos: da parte de uns a abertura ao diálogo e à colaboração; a capacidade de relativizar um certo apego ao poder como forma de governo; o respeito pelas capacidades individuais enquanto orientadas para o bem de todos e de acordo com as necessidades da comunidade concreta, tendo sempre como referência os valores do Evangelho e o exemplo de Jesus Cristo que "veio para servir e não para ser servido". Da parte de outros a necessidade de assumirem, em corresponsabilidade, a concretização dos valores propostos pelo Evangelho para os dias de hoje e nos diferentes sectores da actividade humana e eclesial.

Por isso, um projecto que pretenda a concretização da Igreja-Comunhão envolve a formação de todos – clero, religiosos e leigos – sobre a doutrina trinitária e a realidade da Igreja como manifestação visível do "Deus "caritas"; envolve uma formação orientada para a

redescoberta da Igreja como *“expressão da caridade e como presença de Cristo no mundo”*. Por isso, é importante que todos falem a mesma linguagem quando falam de comunidade, de Igreja, de serviço e de responsabilidade, ultrapassando outros conceitos ou ideias feitas e porventura considerados intocáveis; é necessária uma grande dose de humildade, de parte a parte, para que a comunhão em Igreja possa ser uma realidade. É fundamental também que *“a forma de actuação dos pastores se oriente no sentido de uma expressão de comunhão eclesial e não de uma apresentação e defesa de estruturas ou de uma dimensão meramente hierárquica da comunidade cristã”*. Todos sabemos que as estruturas e instituições tiveram e têm a sua função como meio e não como fim: comissões, movimentos, grupos de acção pastoral, cargos, ofícios, ministérios, ordens e até o próprio Direito; tudo isto só tem valor e sentido na medida em que contribui para uma autêntica expressão do Evangelho das Bem-aventuranças.

Ao referirmos a urgência em que *“se promovam formas de exercitar um diálogo verdadeiro e autêntico entre os membros das nossas comunidades – sacerdotes, consagrados e leigos – como forma de concretização da comunhão eclesial e da sua própria vocação”* estamos a falar do respeito que a todos é devido enquanto baptizados; estamos a falar da valorização e aproveitamento das potencialidades de cada um; estamos a falar de uma orientação das competências em função do desenvolvimento da comunidade e não em função da carreira de alguém; estamos a falar de que cada fiel – clérigo, religioso ou leigo – de ocupar o seu lugar sem invertermos os papeis, como se fazia nos Carnavais antigos, por uma questão de catarse social, ficando depois tudo na mesma. Por isso se diz hoje em dia que o binómio *“clérigo-leigo”* que caracterizava a estrutura da Igreja pré-conciliar se deveria substituir pelo binómio *“comunidade-ministério”*, já que é nesse contexto que se exerce a acção de todo o

baptizado, seja qual for o seu grau de responsabilidade, competência ou serviço.

Um conceito de Igreja-comunhão exige também que *“se promova uma relação aberta com outras comunidades presentes na Diocese, fomentando assim o diálogo ecumênico e inter-religioso como forma de comunhão e se encontrem também formas de diálogo aberto à participação dos não-crentes”*, o que implica abandonar verdades feitas, ideias pré-concebidas, imposições de toda a ordem, absolutização de opiniões e, mais ainda, a tentação de apresentar opiniões próprias como se fossem uma inquestionável doutrina do Magistério. Sem cair num relativismo ingênuo, poderemos contribuir para que a verdade esteja ao alcance de todos, a partir do esforço de todos, a partir dos contributos de cada um, conforme as suas possibilidades, funções ou carismas. Tudo sem esquecer a referência fundamental de sermos uma “Igreja reunida à imagem da Santíssima Trindade” e, portanto, vocacionada para o testemunho da caridade e da comunhão fraterna, como forma de se apresentar ao mundo e de o atrair para o conhecimento e o amor de Deus.

29 – FORMAÇÃO PARA A COMUNHÃO EM IGREJA

A formação para a concretização da comunhão na Igreja passa fundamentalmente por uma experiência de vida, para além daquela dimensão teológica que constitui a base desta forma de pensar e agir; trata-se de “um saber de experiência feito”, de “um aprender fazendo” ou, mais concretamente, de uma “educação para a comunhão” que pode assentar em várias instituições como a família, a escola, os institutos de formação, as comunidades religiosas, os grupos e movimentos eclesiais, etc. De facto “a unidade de vida dos fiéis-leigos é de enorme importância, pois eles têm que se santificar na normal vida profissional e social”, e “para que possam responder à sua vocação, devem olhar para as actividades da vida quotidiana como ocasião de união com Deus e de cumprimento da Sua vontade, e também como serviço aos demais homens, levando-os à comunhão com Deus em Cristo”, (JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica “Christifideles Laici”*, n. 17).

Esta compreensão do “serviço” como configuração concreta a Jesus Cristo será o primeiro passo para uma experiência de comunhão, pelo que a educação para esta deve assentar na mesma atitude de humildade de que o próprio Jesus nos deu exemplo ao lavar os pés aos seus discípulos. Devendo ser o primeiro a estar atento ao exemplo do Mestre, enquanto “homem de comunhão, o Sacerdote não poderá exprimir o seu amor ao Senhor e à Igreja sem o traduzir em amor real e incondicionado ao Povo cristão, objecto do seu trabalho pastoral. Como Cristo, o presbítero deve tornar-se quase a sua transparência no meio do rebanho que lhe foi confiado, colocando-se em relação positiva e promotora com os fiéis-leigos. Mediante a consciência da profunda comunhão que o liga aos fiéis-leigos e aos religiosos, o Sacerdote fará todo o esforço para suscitar e

desenvolver a corresponsabilidade na comunhão e única missão de salvação, com a pronta e cordial valorização de todos os carismas e tarefas que o Espírito concede aos crentes para a edificação da Igreja" (*Directório sobre a Vida e Missão dos Presbíteros*, n. 30). Quer isto dizer que o exemplo deve vir de cima e precisamente aí deve apostar, em primeiro lugar, a educação para a comunhão na Igreja de hoje.

É importante, por isso, *"que a vida nos seminários e institutos religiosos seja orientada no sentido desta vivência da comunhão eclesial, quer pela formação aí ministrada quer pela experiência de comunidade que aí for proporcionada aos formandos"*. Os seminários têm sido definidos como "coração da diocese", numa feliz expressão conciliar, de onde se conclui que, a partir desse coração, pulse uma forma de vida capaz de testemunhar a comunhão, nesse coração palpita o amor a Deus e o amor ao próximo, a começar pelos próprios membros da comunidade. É preciso que desse coração venha ejectado, para as veias da comunidade cristã, o sangue puro de um conhecimento claro sobre a dignidade do povo de Deus, uma atitude de disponibilidade para o serviço, de entusiasmo pelo testemunho de fé e de caridade; mais do que ser a imagem de uma realidade eclesial diocesana, o seminário deverá ser um modelo do ideal de Igreja-Comunhão que queremos construir.

Outra experiência profundamente educativa na construção da Igreja-Comunhão é a da vivência da Eucaristia: "a Eucaristia faz a Igreja", na medida em que ali se experimenta o dinamismo da presença de Deus, se vive uma particular sintonia com a Sua Palavra criadora e se escuta o convite à missão, em ordem à construção do Reino de Deus. Então compreendemos a importância de que *"as celebrações da Eucaristia nas nossas paróquias sejam orientadas no sentido de uma verdadeira experiência da Igreja-Comunhão, tanto ao nível da formação da fé nelas ministrada, como pela consciência do sentido das mesmas e pela vivência das diferentes formas de*

participação". A formação ao nível litúrgico passa pela preparação, feita no respeito pelos diferentes ministérios e funções, e orientada no sentido de uma frutuosa participação; implica o conhecimento claro, em toda a comunidade, da importância dos ministérios; exige uma motivação da mesma para o espírito de serviço e uma disponibilidade de cada um, a começar pelos pastores, para que todos se possam sentir membros activos e participativos.

Um dos frutos da comunhão eucarística é a comunhão entre as pessoas que dela participam e particularmente o compromisso missionário: sentir-se enviado a testemunhar a experiência de caridade e de comunhão, vivida como proposta para toda a comunidade humana. Ora essa missão apenas se tornará efectiva e produzirá frutos na medida em que *"se fomentarem experiências de partilha e comunhão fraterna como concretização e prolongamento da participação na Eucaristia e como realização da verdadeira comunidade cristã que deve ser "um só coração e uma só alma", e ainda como forma de evangelização e sinal de acolhimento para os que estão longe ou se afastaram.*

Resumindo: para que a manifestação da Igreja-comunhão possa constituir um testemunho credível na comunidade humana, particularmente face aos desafios e à descrença actual na Igreja, enquanto instituição, é fundamental *"que se fomente nas nossas comunidades uma formação clara e adequada, para que o papel específico dos pastores e dos leigos seja visto não só ao nível do desempenho de tarefas ou serviços, mas também como vivência e expressão da Igreja mistério de comunhão.* É urgente recuperar o espírito das primeiras comunidades cristãs e o exemplo de vida que transparecia para a opinião dos não crentes: a participação na celebração dos mistérios de Deus, sem dúvida, mas sobretudo uma verdadeira e sadia *"provocação"* para aqueles que viviam a experiência quotidiana da divisão, da discórdia, da incompreensão, da tirania, da instabilidade familiar e social, da insegurança de pessoas,

de bens e quanto ao próprio futuro, provocação que os levava a exclamar admirados: “vede como eles se amam!...”

30 – PARTICIPAÇÃO NA IGREJA-COMUNHÃO

A realidade teológica da Igreja-Comunhão, enquanto presença terrena do Mistério de Deus, ícone da Trindade e expressão humana do dinamismo próprio da vida íntima que se vive em Deus, está longe de ser concretizada ao nível das estruturas eclesiais existentes, da dinâmica e até dos objectivos que as envolvem. Assistimos aí a uma influência do lado mais negativo das estruturas sociais, marcado pela defesa de interesses, pela afirmação de opiniões, e por pressões de índole diversa: políticas, económicas, sociais. A ausência de um verdadeiro espírito cristão, para não dizermos a falta de consciência sobre a acção do Espírito na Igreja, provoca uma alteração no sentido que deveria orientar as estruturas eclesiais aos diferentes níveis: paroquial, inter-paroquial e diocesano: a disponibilidade para o serviço transforma-se em ambição de protagonismo; a participação em organismos paroquiais é vista como alternativa ao poder autárquico; o desempenho de tarefas e de cargos é entendido como mais um passo na carreira pessoal. Aquilo que deveria ser a coordenação de serviços transforma-se em exercício do poder; a ocupação de lugares de responsabilidade é frequentemente aproveitada em proveito pessoal.

Não admira, pois, que tenhamos, ao nível da Igreja, uma situação muito parecida à da sociedade cível: apego e abuso do poder, tentações de autoritarismo, falta de respeito pelas competências dos diferentes organismos paroquiais e diocesanos, apelo à colaboração dos leigos apenas em matéria executiva sem lhes dar a palavra em momentos de decisão, ou dar-lhes a palavra, mas depois não a ter em conta para nada; pior ainda, consultar as pessoas em função das próprias obrigações do direito, já depois de terem sido tomadas as decisões. Também não nos falta a outra face

da medalha, quando encontramos leigos que, pelo facto de pertencerem a uma comissão ou confraria já pensam que são donos dela e podem administrar dinheiros, fazer obras, organizar eventos, de acordo com ideias e projectos próprios; encontramos leigos que, pelo facto de serem ministros da comunhão ou desempenharem outra tarefa já se comportam como se fossem o pároco; outros que, pelo facto de presidirem a algum organismo, paroquial ou diocesano, já pensam que toda a gente vai ter que seguir as suas orientações sem terem que dar satisfações a ninguém.

Quer dizer: em tais formas de pensar e agir não se encontra um verdadeiro espírito de Igreja, não está presente o sentido de serviço que deve informar qualquer participação na comunidade, não temos a realidade de uma Igreja-Comunhão, mas uma instituição, um organismo, uma estrutura, um centro de poderes e de influências. Torna-se, assim, necessário e urgente que "os cristãos retomem o caminho da renovação evangélica, acolhendo com generosidade o convite apostólico de "ser santos em todas as acções", pois "sendo a Igreja em Cristo um mistério, ela deve ser vista como sinal e instrumento de santidade... Os santos e santas foram sempre fonte e origem de renovação nas circunstâncias mais difíceis em toda a história da Igreja. Hoje temos muitíssima falta de santos, que devemos pedir com assiduidade. Todos na Igreja, precisamente porque são seus membros, recebem e, por conseguinte, partilham a comum vocação à santidade" (JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica "Christifideles Laici"*, n. 16).

Nesta caminhada para a santidade e para a vivência da comunhão que se realiza na Igreja, todos sentimos necessidade e teremos que apostar claramente numa certa renovação e mobilidade nas estruturas da igreja diocesana, uma renovação que não passa certamente pela alteração das mesmas ou mesmo pela criação de novas estruturas ou organismo, mas pela sua revitalização, à luz do Evangelho, e dentro do seu único objectivo que é tornar visível e

testemunhar a comunhão na Igreja aos diferentes níveis. Da mesma forma que os espaços e as estruturas físicas devem ser acolhedores e funcionais, também as pessoas devem ser testemunhas de comunhão eclesial pela disponibilidade, pela mobilidade e pela eficácia da sua acção apostólica.

Para evitar o surgir ou o acumular de vícios institucionais, é fundamental *“procurar a mobilidade nas pessoas, limitando o número de mandatos dos responsáveis ao nível diocesano”*, para que nem uns se apeguem demasiadamente ao poder nem outros se considerem isentos e livres do peso das responsabilidades, nomeadamente quando se trata de serviços mais ingratos. Em ordem a uma maior funcionalidade e eficácia pastoral, e sobretudo a um menor peso das estruturas existentes é importante *“que se pense na divisão dos grandes arciprestados, de modo a tornar mais eficaz a acção dos Arciprestes e a coordenação de actividades pastorais por zonas”*.

A organização das paróquias e o provimento de párocos vem sendo tradicionalmente entendidos, pelo menos numa leitura exterior, em termos economicistas e não em termos pastorais; em termos de premiar ou castigar este ou aquele, e não em termos de dotar as comunidade de pessoas capazes de desenvolver uma eficaz acção pastoral; bastará pensar no que toda a gente entende por “uma paróquia boa”... A eficácia da acção pastoral e a imagem de Igreja que precisamos de apresentar ao mundo de hoje exigem *“que sejam repensados os critérios de nomeação e remoção de párocos, no sentido de dotar as comunidades de pessoas capazes de responder às verdadeiras necessidades e desafios pastorais, pela profundidade na oração, pelo testemunho de caridade e pelo espírito missionário*.

Ao nível específico da presença e acção dos leigos na Igreja de hoje é necessário prover a uma formação dos mesmos para o conhecimento do verdadeiro sentido de missão e participação que a sua presença e acção envolve; é necessário proporcionar-lhes uma

educação para o verdadeiro conceito da Igreja, como comunidade de crentes e testemunhas da fé, nas suas relações com a hierarquia e com os organismos do governo local, que devem ir muito para além de uma simples relação jurídica; é importante que as comissões de festas e confrarias trabalhem no sentido de se tornarem expressão e testemunho de fé da Igreja, no seu diálogo com o mundo da cultura e com a realidade histórica do povo, sem se deixarem cair na mediocridade, no comercialismo, ou na exagerada profanidade.

Esta formação das comissões e grupos pretende *“que a sua relação com os responsáveis diocesanos não se limite aos ritos e às licenças, mas se insira num verdadeiro espírito de Igreja-comunhão paroquial e diocesana”*. Sabendo nós que a dimensão jurídica da Igreja tem, por vezes, implicações e exigências que colidem com interesses pessoais ou locais, muitos não resistem à tentação de ignorar normas, passar por cima de obrigações que se destinam a realizar o necessário equilíbrio de direitos e deveres entre as diferentes comunidades, face a interesses locais pelo menos compreensíveis: consideram-se dispensados das obrigações que são iguais para todos na orientação de programas; consideram-se isentos de taxas ou licenças em nome de convicções ou ideias pessoais; arranjam explicações, até teológicas se for preciso, para justificar as suas posições de desprezo pelas regras, pelas instituições e sobretudo por aqueles que as cumprem. Reconhecemos a urgência de *“que todos os pastores e leigos sejam formados no sentido de compreenderem que a comunhão em Igreja passa também pelo respeito pela dimensão jurídica da Igreja e pelo cumprimento das normas canónicas”*, para que, a partir de uma sadia relação institucional, todos possam realizar aquele ideal de Igreja-Comunhão que a torne presença e testemunho de fé e sinal da verdade sobre o Deus em quem acredita.

31 – OS LABORATÓRIOS DA COMUNHÃO ECLESIAL

A educação para a vivência da Igreja-Comunhão pode exercitar-se ainda através de outros organismos e estruturas, paroquiais ou diocesanos, que poderão constituir-se em verdadeiros laboratórios onde, em dimensões mais reduzidas e em condições mais adequadas, se podem realizar algumas experiências, a transportar posteriormente para a comunidade cristã em geral. A Igreja está consciente de que “muitas Paróquias, tanto nas zonas urbanas como [nos meios rurais], não conseguem funcionar plena e efectivamente por falta de meios materiais ou de homens ordenados, ou também pela excessiva extensão geográfica e pela especial condição de alguns cristãos como, por exemplo, os refugiados e os emigrantes. Para que tais Paróquias sejam verdadeiramente comunidades cristãs, deve-se favorecer: a) a adaptação das estruturas paroquiais à ampla flexibilidade concedida pelo Direito Canónico, sobretudo ao promover a participação dos leigos nas responsabilidades pastorais; b) as pequenas comunidades eclesiais de base também chamadas comunidades vivas, onde os fiéis possam comunicar entre si a Palavra de Deus e exprimir-se no serviço e no amor; estas comunidades são autênticas expressões da comunhão eclesial e centros de evangelização, em comunhão com os seus Pastores” (JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica Christifideles Laici*, n. 26).

Esta perspectiva de renovação das comunidades locais, com base na adaptação das estruturas paroquiais à flexibilidade concedida pelo Direito, poderia concretizar-se no exercício da caridade cristã e no esforço de evangelização que constitui a base de muitas estruturas tradicionais, como confrarias e associações de fiéis,

orientadas particularmente para o apostolado no mundo do trabalho, ou no ambiente escolar, para a promoção dos direitos da família, dos trabalhadores ou dos mais desfavorecidos como crianças e idosos. A acção destas associações, irmandades e confrarias poderia exercer uma influência meritória no desenvolvimento das comunidades, aproveitando a realização de festas, novenas e outras celebrações que as caracterizam, para uma efectiva formação doutrinal, em alternativa a programas tradicionais sem grande sentido e de diminuto aproveitamento por parte dos fiéis. Quem já se lembrou, por exemplo, de substituir uma novena por um ciclo de debates sobre a formação cristã? Quem já se lembrou de dar a oportunidade de uma vivência cultural – uma conferência, um colóquio, um concerto – como número de um programa de festa em vez dos famigerados, medíocres e dispendiosos espectáculos que preenchem as programações de festas em honra e sobretudo com o dinheiro dos santos? Uma das associações que poderiam ver valorizada a sua acção apostólica no contexto da formação para a Igreja-Comunhão seria nomeadamente o Apostolado da Oração. E que dizer de outras oportunidades de formação subaproveitadas como grandes novenas em santuários de referência, as peregrinações inter-paroquiais e diocesanas, ou a própria liturgia das grandes festas de Verão, quer a nível paroquial quer em dimensões mais abrangentes?

Relativamente às pequenas comunidades locais, poderíamos pensar numa pastoral familiar orientada para a promoção da família, na sua dimensão apostólica e missionária; esta pastoral deverá procurar também ultrapassar as barreiras de um certo consumismo interno de que por vezes enferma, abrindo-se ao diálogo, à partilha de experiências, e à colaboração com a comunidade a partir da própria organização: equipas de casais, preparação de sacramentos, participação colaboradora no processo catequético, etc. Outro caso seria o dos diferentes grupos de pastoral existentes nas paróquias e que poderiam constituir outros tantos pólos de acção, qual fermento

na massa, no seio das comunidades. Os grupos de leitores, acólitos e cantores poderiam ser base e fonte de vivência da fé ao nível da liturgia: o estudo e reflexão sobre a palavra de Deus, a experiência do divino através do canto e da música litúrgica, a vivência do mistério de Deus através da participação e acção litúrgica, da interpretação dos sinais mais comuns ou do aprofundamento de outros menos conhecidos. Também os grupos de catequistas poderiam constituir importantes veículos de aprofundamento da fé, enquanto elo de ligação com o ambiente familiar; como instrumentos de diálogo da fé com o mundo da escola, do trabalho e do lazer; como núcleos de motivação para a frequência de outros meios de formação mais desenvolvidos e exigentes: cursos, jornadas, encontros, etc.

Ao mesmo tempo é importante que os mesmos grupos de acção pastoral se orientem numa perspectiva de caminhada pessoal e comunitária para a santidade dos seus membros, conforme os diferentes níveis de responsabilidade e diferentes graus de resposta vocacional em que cada um se insere. Ao preconizar que *“seja incrementada a vivência da comunhão eclesial ao nível das famílias, através de uma pastoral familiar ousada e renovada que promova de forma particular o seu percurso espiritual no caminho da santidade”* estaremos a responder ao apelo do Santo Padre para um maior envolvimento e dinamização das nossas comunidades, mas estaremos sobretudo a enveredar por caminhos de renovação e procura de soluções para aqueles desafios que, mais ou menos brevemente, nos baterão à porta. Tivemos já a oportunidade de salientar a importância dos movimentos e obras na sua inserção paroquial, e a sua vocação como factores de coesão e não o contrário; tudo isto passa também por uma formação específica e por uma experiência contínua na promoção de *“uma espiritualidade de comunhão”* que pode servir de exemplo e via de entendimento para a solução das divisões e conflitos com que diariamente deparamos na

sociedade; com eles poderão aprender as empresas, as escolas, as instituições de saúde, os clubes desportivos, etc.

Um exemplo particular se espera ainda das comunidades religiosas que vão exercendo a sua actividade no seio ou em colaboração com as comunidades paroquiais e diocesanas; a sua generosidade e espírito de serviço, aliados a uma reconhecida preparação específica em diversos campos, poderão ser de grande utilidade para uns e para outros: para uns, o exercício efectivo dos carismas que encontram a sua razão de ser na Igreja, e para outros, a descoberta de soluções para problemas, o apoio doutrinal, pedagógico e assistencial em diferentes ângulos de acção como a educação, a saúde, a organização, a criatividade, etc. São estes, segundo o pensamento da Igreja, os verdadeiros “laboratórios de comunhão” onde poderemos encontrar uma experiência e uma criatividade capazes de realizar aquela renovação de que as paróquias carecem para desempenharem eficazmente o seu papel.

32 – A PARTICIPAÇÃO INDIVIDUAL NA IGREJA, HOJE

Em consequência desta perspectiva da Igreja como comunhão, a doutrina conciliar veio favorecer um acentuado incremento à participação de todos os fiéis na vida da Igreja, segundo as diferentes capacidades e os diferentes ministérios e carismas que dimanam da diversidade de situações e segundo as diferentes formas de actuação do Espírito de Deus. A participação dos leigos na vida da Igreja é um direito que emerge do próprio Baptismo, ainda que nem sempre tenha sido levado em conta por diversas razões, nomeadamente de carácter histórico: já nas comunidades paulinas surgiram algumas situações que levaram o Apóstolo a tomar atitudes que hoje nos parecem estranhas como o facto de vedar às mulheres o acesso à palavra nas celebrações, eventualmente pelo facto de tal acesso ser chocante numa sociedade em que a mulher gozava de direitos muito reduzidos na vida pública.

Foi certamente a acção dos mosteiros que originou um incremento da participação de ministros ordenados na liturgia que chegou à exclusividade, facto que, aliado à proliferação de clérigos em resultado da aplicação das leis do morgadio, conduziu ao progressivo afastamento dos leigos das actividades da Igreja, para o que não terá deixado de contribuir também a incapacidade destes para lidarem com o latim que, enquanto na vida comum dava lugar às línguas vulgares, vinha sendo utilizado na liturgia desse modo tornada inacessível aos leigos. Daqui terá mesmo derivado a expressão “ser leigo na matéria” ou seja, ver o acesso vedado a alguma coisa por incapacidade de compreensão.

Era esta a situação em que nos encontrávamos aquando da realização do Concílio Vaticano II, e não podemos esquecer que os primeiros esquemas de reflexão sobre a Igreja, propostos à reflexão

da Aula conciliar não passavam de um reflexo dessa tradicional maneira de actuar. A reforma litúrgica derivada da *Constituição "Sacrosanctum Concilium"*, aliada à doutrina eclesiológica dimanada da *Constituição "Lumen Gentium"*, veio revelar uma nova imagem da Igreja, quer ao nível da participação litúrgica quer ao nível da responsabilidade e ao papel dos leigos nas diferentes áreas de actuação da comunidade cristã; ao mesmo tempo, a *Constituição "Gaudium et Spes"* propunha uma nova forma de actuar da Igreja, na sua relação com o mundo, para o que contava particularmente com o papel e a capacidade dos leigos.

Deste modo, aquele papel já reconhecido aos leigos, na especial missão de viver o Evangelho no contexto da sociedade, veio a ser reconhecido também no âmbito da própria vida interna da Igreja. Para além da importância reconhecida aos movimentos e obras de apostolado já existentes apela-se agora à acção individual dos leigos, com base na sua condição de baptizados. É claro que tudo isto se insere numa evolução do próprio conceito de Igreja que, nas décadas pré-conciliares oscilava entre uma perspectiva interior e espiritualista, e outra visão mais exterior, secularista, e dominada pela imagem de sociedade organizada e exemplo de poder.

"O apostolado individual, que deriva com abundância da fonte de uma vida verdadeiramente cristã é origem e condição de todo o apostolado dos leigos, mesmo do associado, e nada o pode substituir. No apostolado individual existem grandes riquezas que precisam de ser descobertas em ordem a uma intensificação do dinamismo missionário de cada fiel leigo. Com essa forma de apostolado, a irradiação do Evangelho pode tornar-se mais capilar, chegando a tantos lugares e ambientes quanto os que estão ligados à vida quotidiana e concreta dos leigos" (JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica "Christifideles Laici"*, n. 28). É, por isso, urgente o incremento do apostolado laical e sobretudo a abertura à possibilidade de os leigos exercitarem a graça do seu Baptismo e os

compromissos que derivam de uma autêntica vida sacramental, nomeadamente a partir da recepção do Crisma e da Eucaristia: como se poderia falar de compromisso, de missão, de testemunho se não fosse dada a todos a possibilidade de viverem os seus compromissos, desempenharem a sua missão ou darem o seu testemunho pessoal de fé?

Mas sendo verdade que a doutrina conciliar veio apelar à dimensão do apostolado laical, também é verdade que sentimos ainda a necessidade de algumas mudanças no que respeita ao efectivo exercício da participação. Esta mudança de mentalidade assenta na urgência de *“que se promova uma maior abertura por parte da hierarquia à participação e à disponibilidade dos leigos para os serviços em que eles são verdadeiramente competentes”*, sem medo de ultrapassar desconfianças que podem ainda subsistir em resultado de um afastamento secular dessas tarefas e serviços, para o que será mais importante proporcionar-lhes uma adequada formação do que afastá-los por incapacidade ou incompetência. Não se trata de permitir aos leigos introduzirem-se em tarefas da hierarquia, mas de lhes dar a possibilidade de desempenharem tarefas que lhes são próprias. Para tal é preciso que *“as formas de participação propostas aos leigos apontem para uma colaboração mais personalizada evitando a massificação de comportamentos e de serviços e o simples desempenho de tarefas pré-definidas”*

Quantas vezes ouvimos Bispos e párocos debaterem-se com dificuldades de tempo, lamentarem-se pelo excesso de trabalho, para depois os encontramos em tarefas que nada têm a ver com a especificidade do ministério pastoral!... A solução pode encontrar-se na medida em que *“se procurar comprometer o maior número possível de cristãos na procura de soluções para os problemas da comunidade, em vez de anunciar soluções que eles depois deverão concretizar”*. No momento em que *“se confiarem aos leigos as funções, serviços e ministérios consentâneos com a sua índole*

secular, de modo a assumirem o seu lugar específico na Igreja, e os Pastores se poderem dedicar às actividades próprias do seu ministério”, teremos resolvidos muitos dos problemas que têm a ver com a chamada escassez de vocações o com as limitações de um clero, visivelmente marcado pela idade, pela dificuldade de enquadramento nas novas exigências da vida pastoral e até pela subida do número de comunidades que lhes são confiadas.

A participação e a corresponsabilidade na vida da Igreja de hoje exigem um elevado grau de confiança nas potencialidades dos leigos para uma gestão mais eficiente dos escassos meios humanos e materiais de que dispomos, tarefa que só os leigos serão capazes de realizar. Isto ajuda a compreender que os desafios pastorais que nos vão surgindo pela frente são outras tantas oportunidades para uma renovada consciência de Igreja: mais do que nos lamentarmos pelo desaparecimento de soluções já ultrapassadas e ineficazes temos que nos abrir à acção do Espírito de Deus que, para também para o nosso tempo, não deixará de inspirar respostas portadoras daquele dinamismo eclesial que só Ele pode trazer.

33 – O DIÁLOGO DA IGREJA COM O MUNDO

A acção pastoral da Igreja não se confina, hoje, à vida interna da própria comunidade cristã, mas estende-se a todo o mundo que nos rodeia e que, como cristãos, somos chamados a evangelizar e a transformar, em ordem à realização do Reino de Deus. Este campo de actuação está particularmente reservado aos leigos, devendo orientar-se por um clima de diálogo aberto que tenha como referência alguns elementos fundamentais: em primeiro lugar, pressupõe uma consciência clara sobre a fé que professamos e que queremos apresentar ao mundo como sinal, referência e caminho de realização pessoal e de convivência social; em segundo lugar, deve rejeitar toda e qualquer atitude proselitista que pretenda impor credos, ideias ou estilos de vida, contra a vontade das pessoas, já que a liberdade é um dos bens mais preciosos que Deus nos concedeu e que Ele próprio respeita de uma forma extraordinária; em terceiro lugar, devem os leigos cristãos estar atentos face a certas correntes de um relativismo religioso que pretendem apresentar todas as religiões com o mesmo grau de credibilidade, deixando à livre decisão de cada um a validade desta ou daquela religião.

Este diálogo da Igreja com o mundo pode e deve ser exercido por todo e qualquer leigo, na medida em que, pelo seu Baptismo, participa da dimensão profética, sacerdotal e real do discípulo de Cristo, mas poderá, com vantagem, ser exercido pelas associações de fiéis, grupos ou movimentos. Estes, poderão responder, segundo os diferentes carismas, à variedade de situações que o mundo de hoje apresenta, numa leitura atenta dos sinais que eles nos deixam e com aquela sensibilidade particular que só quem está por dentro desse mundo poderá possuir. É neste contexto que se entende o pensamento da Igreja, já acima apresentado, ao afirmar que “a

incidência cultural, fonte e estímulo e, simultaneamente, fruto e sinal de todas as demais transformações do ambiente e da sociedade, só se pode alcançar com a acção, não tanto dos indivíduos, mas de um 'sujeito social', isto é, com a acção de um grupo, de uma comunidade, de uma associação, de um movimento. E isso é particularmente verdade no contexto de uma sociedade pluralista e fragmentada — como é, em tantas partes do mundo, a actual — e perante os problemas tornados enormemente complexos e difíceis. Por outro lado, sobretudo num mundo secularizado, as várias formas agregativas podem representar, para muitos, uma ajuda preciosa em favor de uma vida cristã coerente, com as exigências do Evangelho e de um empenhamento missionário e apostólico (JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica Christifideles Laici*, n. 29).

Esta forma de diálogo da Igreja com o mundo e este modo de participação, inserido no contexto da Igreja-Comunhão, pode ter como ponto de partida as estruturas sociais já existentes bem como o reconhecido e eficaz diálogo associativo, aproveitando desde logo as oportunidades que a própria organização da sociedade civil permite, ou então promover a criação outras tantas oportunidades de modo que *"a partir dos grupos e movimentos da Igreja seja fomentado o associativismo como forma de participação dos cristãos nas tarefas do mundo e de iluminação e animação cristã das estruturas sociais, nomeadamente no campo da política, da cultura, do desporto, da educação e do mundo do trabalho"*. Este esforço não implica, desde logo a criação de novas estruturas, ou organizações alternativas, nem mesmo que estas se apresentem como contrapeso, ou como "lobbies" contrários ao associativismo existente, mas, pelo contrário, sugere que os leigos, ao nível individual: integrem as organizações existentes na sociedade civil, intervindo nelas activamente; colaborem eficazmente naqueles projectos que visem a promoção e desenvolvimento da pessoa humana, da família, o direito ao trabalho, à cultura, etc.; sejam exemplo de competência, disponibilidade,

generosidade e sentido comunitário que motivem também os outros à colaboração e permitam dar uma imagem da igreja de Cristo como realidade que se preocupa com a pessoa humana em todos os sectores de actividade em que ela se insere.

A intervenção dos leigos no diálogo com o mundo deve orientar-se pelos princípios que definem e animam os mesmos grupos de actividade em que se integram, procurando então que eles sejam, quanto possível, informados pelos valores do Evangelho e pelos valores que se exprimem particularmente na Doutrina Social da Igreja. Mas o mais importante é que estejam lá, intervenham positiva e activamente, dêem um claro testemunho de solidariedade de competência e de seriedade, capaz de arrastar os outros para os valores que o animam como cristão.

Mais importante se tornará a sua acção se forem capazes de ajudar a criar as mesmas estruturas de acção social, no caso de tais estruturas não existirem: devem os cristãos tomar a iniciativa, ajudar no processo da sua criação, sem caírem na tentação de fazer logo delas outros tantos pólos de acção pastoral, mas oferecendo-se simplesmente como possibilidade de intervenção aos "sem voz" da nossa sociedade. Por isso se nos afigura determinante, para a eficácia de acção dos leigos cristãos na sociedade actual, *"que seja fomentada e apoiada a formação dos mesmos para uma efectiva e esclarecida participação nas mesmas estruturas sociais nomeadamente: Associações de Pais, Clubes Desportivos, Sindicatos e Associações Empresariais e órgão do poder.* Na medida em que os leigos cristãos foram capazes de actuar, ou mesmo criar, esses meios vocacionados para o exercício da cidadania e da participação na vida social, cultural, política, desportiva, eles estarão a dar um precioso contributo na construção do Reino de Deus, a viver a sua condição de membros da Igreja presente no nosso mundo, e a dar um credível testemunho de fé e de respeito pela pessoa humana enquanto objecto da especial ternura do Coração de Deus.